



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E AÇÃO
COMUNITÁRIA
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS: Entre o proposto e o alcançado no
PROJOVEM Urbano no município de Anápolis – GO, nos anos de 2010-2011

Verônica Souza de Oliveira Santos

Orientador:

Prof. Dr. Clarimar José Coelho

ANÁPOLIS – GO

2012

VERÔNICA SOUZA DE OLIVEIRA SANTOS

INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS: Entre o proposto e o alcançado no
PROJOVEM Urbano no município de Anápolis – GO, nos anos de 2010-2011

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

Orientador: Dr. Clarimar José Coelho

ANÁPOLIS – GO

2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado intitulada “Inclusão Social de Jovens: entre o proposto e o alcançado no PROJOVEM Urbano no município de Anápolis – GO, nos anos de 2010-2011”, apresentada ao Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

Defendida e aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clarimar José Coelho

Presidente

Profa. Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas
UnB/FE/MTC

Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares
UniEvangélica

Profa. Dra. Genilda D’arc Bernardes
UniEvangélica
Suplente

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha mãe que está sempre ao meu lado me incentivando, intercedendo por mim, sendo o esteio em que eu me apoio quando me sinto abatida, me encorajando e me servindo de referência de superação e bravura quando me disponho a alcançar alvos difíceis, me lembrando sempre de que “tudo é possível ao que crê”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar mais esta oportunidade de crescimento pessoal e profissional, me abençoando e capacitando em todo o instante, “O Senhor é fiel”.

Ao meu orientador professor Dr. Clarimar José Coelho que me conduziu durante todo o processo de construção do meu trabalho, sempre pronto a aconselhar e indicar caminhos, minha admiração e respeito.

Aos professores Dr^a Genilda, Dr^a Giovana Galvão e Dr. Ricardo Antônio pelas contribuições durante a minha qualificação.

A todos os professores com os quais tive o privilégio de ter momentos preciosos de convívio e aprendizado, minha eterna gratidão.

A todos os colegas do Mestrado pelas trocas de experiências e por me animarem a prosseguir, em especial a minha amiga Márcia, sentirei saudades.

Aos alunos, professores, coordenadora executiva Maria Regina, coordenadora Pedagógica Gissely e a Secretaria de Educação de Anápolis na pessoa da professora Virgínia, por permitirem que eu pesquisasse um tema que havia acabado de ser implantado neste município e por colaborarem com a minha pesquisa, parabéns por protagonizarem o início da luta pela Inclusão Social de Jovens através do PROJovem Urbano em nossa cidade.

A minha mãe por ter acreditado em mim e em tudo me apoiado.

A minha irmã Nirvana por sorrir e chorar comigo e participar de todos os momentos deste curso sendo companheira fiel; você é mais que irmã é minha amiga.

Aos meus filhos Rafael, Gabriel e Daniel pelo amor e incentivo.

A minha irmã Suzana por toda ajuda e carinho.

A minha prima Naiane pelas colaborações e generosidade.

Finalmente, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa.

“(...) todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação – pode afirmar-se superior aos demais”.

Fábio Konder Comparato (1999)

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro I – Mudanças implementadas com o PROJOVEM Integrado.....	31
Figura 1. Participantes quanto a faixa etária	44
Figura 2. Motivo de ingresso no PROJOVEM.	46
Figura 3. Situação no mercado de trabalho.	47
Figura 4. Preparo para o mercado de trabalho.	48
Figura 5. Planos após concluir o curso.	51
Figura 6. Avaliação do PROJOVEM pelos participantes.	51
Figura 7. Avaliação dos professores pelos participantes do PROJOVEM.	52

LISTA DE ACRÔNIMOS (ABREVIACÕES)

COGEP – Conselho Gestor do PROJOVEM
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
DST's - Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FTG – Formação Técnica Geral
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social -
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs – Organizações não Governamentais
PLA - Plano de Ação Comunitária
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POP - Projeto de Orientação Profissional
PPI - Projeto Pedagógico Integrado
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RG – Registro Geral/ Carteira de Identidade
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SGPR – Secretaria Geral da Presidência da República
SM - salário mínimo
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
SUS - Sistema Único de Saúde

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o PROJOVEM Urbano de Anápolis/GO, enquanto política pública de inclusão social de jovens, cujo público alvo são jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos. O objetivo geral da pesquisa é analisar o PROJOVEM Urbano em Anápolis/GO, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2011, destacando suas propostas e os desafios encontrados em sua execução. Foram utilizados como recursos metodológicos a Pesquisa Bibliográfica, a Análise Documental, a aplicação de questionários com jovens participantes e professores do PROJOVEM Urbano, além de entrevista com a Equipe Gestora do Programa em Anápolis. Entre os autores pesquisados destacam-se: Sposati (2006), Blanco (2009, 2010), Silva e Andrade (2009), Salgado (2008), entre outros. O PROJOVEM Urbano insere-se nas Políticas Públicas voltadas para o público jovem no Brasil, cuja finalidade declarada é elevar o grau de escolaridade dos jovens e visa o desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do Ensino Fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Atende aos jovens de 18 a 29 anos, a maioria de baixa renda, vítimas da exclusão escolar, que estão fora do mercado de trabalho formal. A pesquisa evidencia que o Programa não tem conseguido atingir ao público alvo, tendo em vista que a procura tem sido menor que a oferta de vagas e a evasão supera os 50% ao longo do curso. Os dados mostram que a inclusão social de jovens depende de políticas públicas bem mais abrangentes, onde a elevação da escolaridade e a qualificação profissional são vertentes importantes mas não suficientes para resolver a problemática dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Inclusão Social. Juventude. Políticas Públicas. PROJOVEM Urbano.

ABSTRACT

This work has as its object of study PROJOVEM Annapolis Urban / GO, and the public policy of social inclusion of young people, whose target audience is young people 18 (eighteen) to 29 (twenty nine) years. The objective of the research is to analyze the PROJOVEM in Annapolis Urban / GO, the period between the years 2010 and 2011, highlighting their proposals and the challenges encountered in implementation. Were used as methodological resources to Bibliographic Search, Document Analysis, the questionnaires to teachers of young participants and Urban PROJOVEM, plus an interview with the Program Management Team at Annapolis. Among the authors studied are: Sposati (2006), Blanco (2009, 2010), Silva and Andrade (2009), Salgado (2008), among others. The Urban PROJOVEM were in the public policy aimed at young audiences in Brazil, whose stated purpose is to raise the educational level of young people to human development and citizenship, through the completion of primary education, professional qualifications and development experiences of citizen participation. Meets 18 to 29 years, most low-income victims of school exclusion, which are outside the formal labor market. The research shows that the program has failed to reach the target audience, considering that the demand has been less than the number of vacancies and evasion exceeds 50% throughout the course. The data show that the social inclusion of young people depend on public policies and more inclusive, where the elevation of education and qualification aspects are important but not sufficient to solve the problem of young people in situations of social vulnerability.

Keywords: Social Inclusion. Youth. Public Policy. Urban PROJOVEM.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS	20
1.1 Definindo Inclusão Social: Relação Dialética Exclusão/Inclusão	20
1.2 Inclusão Social de Jovens.....	23
1.3 Formação para o trabalho e inclusão social de jovens	26
CAPITULO II - O PROJOVEM URBANO NA INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS.....	29
2.1 Contextualização	29
2.2 Objetivos e Finalidades do PROJOVEM Urbano	32
2.3 Diretrizes Pedagógicas	35
2.4 O Papel do Educador.....	39
CAPITULO III - PROJOVEM URBANO EM ANÁPOLIS: EXPECTATIVAS E INCERTEZAS.....	41
3.1 Contextualização	41
3.2 Panorama Atual do PROJOVEM Urbano em Anápolis.....	42
3.3 O Perfil dos Participantes do PROJOVEM Urbano em Anápolis.....	43
3.4 As Percepções dos Jovens Participantes do PROJOVEM Urbano em Anápolis	48

3.5	Percepções dos Educadores e Equipe Gestora em Relação ao PROJovem Urbano	53
CONCLUSÃO.....		59
REFERÊNCIAS		62
APÊNDICES		66
ANEXOS.....		71

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como objeto de estudo o Programa PROJOVEM Urbano de Anápolis/GO entre os anos de 2010 e 2011 e tem como objetivo geral analisar o PROJOVEM Urbano em Anápolis/GO enquanto política pública voltada para a inclusão social de jovens, destacando suas propostas e os desafios encontrados em sua execução. Nesta perspectiva, elege como objetivos específicos: realizar um apanhado histórico do PROJOVEM Urbano no Brasil, em Goiás e em Anápolis; apresentar o levantamento do perfil dos jovens participantes do PROJOVEM Urbano em Anápolis bem como de suas percepções acerca do Programa; identificar os principais desafios enfrentados na execução do PROJOVEM Urbano em Anápolis no período estudado; apresentar um diagnóstico das concepções dos educadores, coordenadores e diretora do programa em relação ao PROJOVEM Urbano.

A relevância deste estudo se dá não apenas pelo fato do PROJOVEM ser atualmente uma das principais políticas públicas do governo federal destinadas ao segmento juvenil da população, mas, sobretudo pela oportunidade de conhecer os desafios enfrentados na execução do programa e os principais resultados alcançados, avaliando, desde modo, a viabilidade do PROJOVEM Urbano enquanto política pública voltada para a inclusão social de jovens.

O estudo aqui apresentado busca entender melhor o funcionamento do PROJOVEM Urbano, bem como as percepções dos diferentes atores envolvidos, assim considerados os jovens participantes, os educadores e a coordenação do Programa. Optou-se por desenvolver a pesquisa no município de Anápolis/GO, em função da conveniência da pesquisadora, a fim de que a mesma pudesse ter maior acesso aos dados necessários e maior proximidade com a realidade estudada.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) indicam que o Brasil possui mais de cinquenta milhões de habitantes entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Em Goiás este número supera a marca de um milhão e seiscentos mil, sendo que em Anápolis a população na mesma faixa de idade é de mais de oitenta e nove mil habitantes.

Nesta faixa etária se encontra a população atingida pelos maiores indicadores de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

O crescimento da população jovem, especialmente daquela menos favorecida socialmente, tem como consequência a necessidade de políticas públicas visando garantir educação, autonomia, inserção no mercado de trabalho, melhoria da qualidade de vida e participação social. Com a perspectiva de amenizar a reprodução das desigualdades e restaurar a esperança em relação ao futuro dos jovens brasileiros, o Governo Federal lançou a Política Nacional da Juventude, que além da criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, desenvolveu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, que mais tarde passa a ser conhecido como PROJOVEM Integrado (SALGADO, 2008).

Silva (2000) revela que, historicamente, a concepção de cidadão decorre da ideia da igualdade política e da participação de todos. Para a autora, a ideia de cidadania está intimamente relacionada às condições básicas para participar da vida pública, o que exige assegurar os direitos fundamentais aos indivíduos.

A autonomia, de acordo com Gadotti (1998), se refere à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias existentes. Para o autor, a autonomia admite a diferença e supõe parcerias. A participação e a democratização no sistema público de ensino, na visão de Gadotti, constituem um meio prático para a formação da cidadania.

Participação política e garantia de direitos constituem, neste sentido, elementos chave na busca pelo conceito de cidadania. A escola é um espaço que permite preparar os indivíduos para a participação social, conscientizando-os de seus direitos, de sua realidade, além de instrumentalizá-los para que possam exigir tais direitos, entre eles, melhores condições de vida. Neste contexto, cabe à escola contribuir para a formação crítica, autônoma e cidadã.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) é um Programa do Governo Federal, instituído em junho de 2005, que apresenta como objetivo elevar o grau de escolaridade e possibilitar a conclusão do ensino fundamental, oferecer qualificação profissional voltada para o estímulo da inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na

realidade local. Em 2008, o Programa sofreu algumas modificações, por meio da Lei nº 11.692. O Programa faz parte das políticas públicas federais voltadas para a população jovem no Brasil, onde o PROJOVEM Urbano está voltado para os jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos.

De acordo com Blanco (2009) o surgimento da questão juvenil na agenda governamental é relativamente recente, ganhando força a partir do final da década de 1980 em função da visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização. Ocorre que muitas vezes as próprias políticas públicas para a juventude trazem em seu bojo uma conotação dominadora, repressora, visando coibir atitudes encaradas como prejudiciais à ordem dominante. Conforme relata Blanco (2010) a história das políticas sociais para jovens está repleta de ações voltadas ao controle social da população pobre considerada potencialmente perigosa, apresentando, portanto caráter repressivo, higienista ou assistencialista. Tais políticas ao longo do século XX, legitimavam a existência dual da criança e do “menor”, do jovem cidadão e do “não cidadão”, do que pertence e do que deve ser varrido, ajustado ou eliminado.

O autor ainda explica que as políticas de juventude no continente latino-americano passam por certas tendências manifestadas nos diversos períodos históricos. Na década de 50, notam-se políticas com objetivos de incorporação massiva de jovens aos processos de modernização por meio de políticas educativas tais como o ensino primário e secundário. Esta política não atingiu de maneira equitativa a todas as crianças, adolescentes e jovens, visto os processos iniciais de sua implantação e as desigualdades sociais historicamente existentes.

Conforme Blanco (2010) as décadas de 1970 e 1980 são marcadas por movimentos sociais que se contrapunham a onda de violência e repressão direcionada às crianças e adolescentes pobres no Brasil, sobretudo aos mais vulneráveis. Tais mobilizações incentivaram a criação de políticas, programas, bem como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990). Ainda na década de 1990 foram criados diversos programas voltados para juventude, relevando questões de saúde (Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), gravidez precoce, drogadição), de assistência, de trabalho e educação.

Ainda conforme o autor, apesar de políticas públicas advindas de marcos legais

importantes como a Constituição Federal de 1988 e as legislações criadas em sequência nos anos 1990 para regulamentar e garantir direitos iguais à assistência (Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)), à saúde (Sistema Único de Saúde (SUS)), o acesso universal à educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)), às crianças e adolescentes (ECA), os jovens no Brasil são uma das maiores vítimas da situação desigualdade social. Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas de educação, saúde, habitação e assistência social, a juventude vivencia suas mazelas no desemprego, em situações de violência, pobreza e na falta de perspectivas futuras. Uma vez que os direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência) ou, ainda, para a infância.

De acordo com Silva e Andrade (2009) a emergência de ações na esfera federal voltadas para a juventude dá-se precisamente a partir de 1997. Desse modo, no final dos anos 90 surgem diversas iniciativas públicas, muitas envolvendo parcerias com Organizações não Governamentais (ONGs), fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo, que são mobilizadas, tanto em nível federal como no estadual e municipal.

Blanco (2009) destaca que recentemente tem-se percebido um novo enfoque preocupado com equalização das desigualdades e o desenvolvimento de uma cultura cidadã, a partir de ações que se destinam à elevação de escolaridade, capacitação profissional, primeiro emprego, e ao desenvolvimento de capital social dentro de pressupostos de participação democrática.

No século XXI, conforme reiteram Castro *et al.* (2009), nota-se que o tema ganhou novos contornos no Brasil, modificando os focos anteriormente existentes e colocado novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e ferramentas de trabalho para a atuação pública junto aos jovens. Castro *et al.* (2009, p.36) ressaltam que:

Essas ideias ganharam maior densidade no país a partir de 2004, quando se iniciou, em nível federal, amplo diálogo sobre a necessidade de se instaurar uma política nacional voltada para esse público. No início de 2005, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e um “programa de emergência” voltado para jovens entre 18 e 24 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho.

De acordo com Silva e Andrade (2009) a Política Nacional para a Juventude deve pautar-se nos seguintes desafios: ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Blanco (2010) explica que o PROJOVEM, instituído em junho de 2005, tem por objetivo a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. O mesmo tem como público-alvo jovens com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos, sem vínculo empregatício, que tenham concluído a 4ª (quarta) série e não tenham concluído o ensino fundamental.

Nos termos da Lei nº 11.692/2008, o PROJOVEM, é destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, a ser desenvolvido por meio das seguintes modalidades: PROJOVEM Adolescente - Serviço Socioeducativo, PROJOVEM Urbano, PROJOVEM Campo - Saberes da Terra e PROJOVEM Trabalhador.

Neste trabalho, optou-se por estudar o PROJOVEM Urbano em Anápolis/GO nos anos de 2010-2011. O problema de pesquisa tem como eixo a seguinte questão: Quais as propostas do PROJOVEM Urbano enquanto política pública de inclusão social de jovens e quais os principais desafios encontrados em sua execução no município de Anápolis – GO, nos anos de 2010-2011? A partir deste questionamento, surgem as seguintes questões específicas complementares: O que é inclusão social de jovens? Qual o histórico do PROJOVEM no Brasil, em Goiás e em Anápolis? Qual o perfil dos jovens participantes no PROJOVEM Urbano de Anápolis? Existe um diferencial no Projeto Pedagógico Integrado do PROJOVEM Urbano em relação as demais propostas pedagógicas de inclusão social de jovens? Como deve ser a preparação dos Educadores para trabalhar com a Inclusão Social de Jovens? Quais as concepções dos educadores, coordenadores e diretora do programa em relação ao PROJOVEM Urbano?

A resposta a tais questionamentos tem como ponto de partida os dados coletados por meio de Revisão Bibliográfica, visando definir inclusão social de jovens bem como tecer um breve histórico das políticas públicas brasileiras voltadas para a população jovem. Foi realizada também uma Análise Documental, tomando por base o Projeto Político Integrado do PROJOVEM Urbano, o Manual do Educador, as legislações relacionadas e outros documentos pertinentes. Por fim, foram coletados dados com os atores sociais envolvidos no PROJOVEM Urbano em Anápolis, aí incluídos os coordenadores do Programa, a Secretária Municipal de Educação, os Educadores e os jovens participantes do Programa no período de 2010-2011.

A pesquisa é considerada, quanto aos objetivos, exploratória e descritiva. É exploratória porque pretende proporcionar maior conhecimento e familiaridade com o assunto estudado e descritiva porque pretende observar, registrar e analisar o processo de implantação do PROJOVEM Urbano no município de Anápolis/GO.

O percurso metodológico desta pesquisa inicia-se com uma Pesquisa Bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado no formato de livros, artigos, jornais, revistas, dissertações, dentre outros; e Documental mediante análise de documentos do PROJOVEM Urbano em Anápolis, especialmente o Projeto Político-Pedagógico, Manual do Educador e demais documentos orientadores do MEC bem como aqueles relacionados ao processo de implantação, normatização de seu funcionamento, entre outros.

A segunda etapa da pesquisa envolveu a aplicação de questionários estruturados para levantamento do perfil dos jovens participantes do PROJOVEM Urbano em Anápolis bem como suas percepções acerca do programa, onde foi selecionada uma amostra de 215 alunos de um universo de 329. O nível de confiança é de 95% com uma margem de 4% de erro amostral. Sendo a população de 329 alunos, o cálculo foi feito usando a seguinte fórmula (BARBETTA,1999):

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} = 625$$

Onde E é o erro amostral 4%, isto é 0,04. Como a população é pequena e conhecida pode ser feita a correção usando a fórmula:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde, N é a população. Assim, a amostra é calculada como:

$$n = \frac{329 \times 625}{329 + 625} = 215$$

Assim, tem-se o tamanho da amostra igual a 215 alunos. Os alunos foram abordados pela pesquisadora em sala de aula. Considerando que todos são maiores de 18 anos, os critérios de inclusão foram os seguintes: estarem regularmente inscritos e participando do PROJOVEM Urbano em Anápolis, presente no dia da aplicação dos questionários e que aceitem participar da pesquisa, sendo excluídos aqueles indivíduos que não se enquadrassem nesse perfil. Expostos os objetivos da pesquisa pela pesquisadora, houve adesão dos alunos em participar, conseguindo-se obter os 215 questionários respondidos. O questionário aplicado aos alunos foi composto de 22 questões objetivas, em que foram tratadas questões visando conhecer o perfil dos participantes do Programa e outras visando identificar suas percepções acerca do mesmo.

Foram aplicados questionários também aos educadores atuantes no PROJOVEM Urbano, visando conhecer suas percepções a respeito do programa. Na categoria educadores foi usado como critério de inclusão fazer parte do corpo de educadores do PROJOVEM Urbano em Anápolis e aceitar participar da pesquisa. Os educadores foram abordados pela pesquisadora nos seus locais de trabalho, individualmente, sendo-lhes apresentados os objetivos da pesquisa, bem como seus riscos e benefícios, garantido o direito ao anonimato e de optar por participar ou não da pesquisa. Participaram da pesquisa os 16 educadores atuantes no PROJOVEM Urbano em Anápolis no final de 2011.

O questionário aplicado aos educadores foi composto de 20 questões, das quais 5 são destinadas a levantar o perfil destes educadores e as demais relacionadas aos objetivos da pesquisa, visando identificar as percepções dos educadores a respeito do PROJOVEM Urbano em Anápolis.

Outra categoria de participantes da pesquisa é representada pela coordenação do Programa em Anápolis, sendo os dados obtidos por meio de entrevista estruturada com a diretora do PROJOVEM Urbano em Anápolis, a Secretária da Educação, Cultura e Tecnologia do município de Anápolis, além das coordenadoras pedagógica e executiva do PROJOVEM Urbano em Anápolis. As entrevistas foram orientadas por roteiro previamente estabelecidos e agendadas pela pesquisadora com as entrevistadas a saber; a diretora do

PROJOVEM Urbano em Anápolis, a Secretária da Educação, Cultura e Tecnologia, professora Virgínia Melo, a coordenadora pedagógica Gisselly Delmond e a coordenadora executiva, Maria Regina. A entrevista foi gravada com autorização das entrevistadas, visando facilitar a transcrição e organização das informações coletadas pela pesquisadora.

A entrevista foi realizada tomando por base um roteiro abrangendo questões direcionadas aos objetivos da pesquisa, visando entender o funcionamento do PROJOVEM Urbano em Anápolis, do ponto de vista de sua coordenação.

Logo após a organização e classificação dos dados, foi feita a análise dos resultados da pesquisa. Os questionários depois de coletados foram tratados estatisticamente, sob forma de percentuais, e organizados em gráficos por meio do software Microsoft Excel. A seguir foram analisados pela pesquisadora em função dos objetivos da pesquisa, à luz do referencial teórico estudado.

O trabalho final encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado Políticas Públicas para Inclusão Social de Jovens pretende contextualizar o tema em estudo, conceituando inclusão social de jovens e identificando as principais políticas públicas voltadas para jovens entre 18 e 29 anos. O segundo capítulo insere o PROJOVEM Urbano no contexto da Inclusão Social de Jovens, caracterizando melhor o programa em relação aos seus objetivos, diretrizes pedagógicas, entre outros aspectos. O terceiro capítulo tem como título PROJOVEM Urbano em Anápolis: expectativas e incertezas, e expõe, mais especificamente os dados coletados por meio da pesquisa realizada junto aos atores envolvidos no PROJOVEM Urbano em Anápolis, apresentando as análises decorrentes do processo de pesquisa.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS

Neste capítulo, pretende-se contextualizar o tema em estudo, conceituando inclusão social de jovens e identificando as principais políticas públicas voltadas para jovens entre 18 e 29 anos.

1.1 DEFININDO INCLUSÃO SOCIAL: RELAÇÃO DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

O melhor entendimento do conceito de inclusão social supõe o entendimento inicial do que seria a exclusão social. Segundo Estivill (2003) a exclusão social não é um fenômeno novo, ao contrário, pode-se afirmar que exclusão e excluídos sempre existiram desde que os homens e as mulheres vivem de forma coletiva e quiseram dar um sentido a esta vida em comunidade.

Sposati (2006) relata que a primeira aplicação do termo exclusão social ocorreu na França em 1974. Porém, só na década de 1980 passa a ser tema de pesquisas sociológicas e, após, categoria estruturante no exame crítico da sociedade contemporânea. Índios, escravos, mulheres, crianças, deficientes... vasta é a lista de grupos sociais que em algum momento histórico foram vítimas da exclusão social e dos que ainda hoje o são. Ao contrário do que se pode pensar, a exclusão social não se restringe somente ao aspecto econômico, mas é um conceito muito mais abrangente relacionado a negação de direitos.

No entendimento de Oliveira (2004) o termo exclusão social ora refere-se às minorias étnicas, ora aos segregados pela cor; por vezes aos desempregados de longa duração, outras vezes aos sem-moradia; em certos casos, aos que fazem opções existenciais contrárias à moral vigente, em outros aos portadores de deficiências, aos aidéticos, aos velhos ou mesmo aos jovens.

Para Blanco (2010), o termo exclusão social está relacionado a situações de exclusão da cidadania, do acesso igualitário a direitos que estão sendo implementados tais como: uma educação de qualidade, trabalho, saúde, moradia, lazer, cultura e um ambiente natural saudável.

Nota-se, deste modo, diversos fatores determinantes da exclusão social, ligados tanto aos aspectos relacionados à identidade do indivíduo, nas questões de gênero, raça e sexo, como a fatores socioeconômicos e culturais, entre eles a origem social, as condições econômico-financeiras, a baixa escolaridade e o não exercício de direitos básicos como saúde, educação e moradia.

De acordo com Estivill (2003), as revoluções do século XVIII e os combates dos séculos XIX e XX, onde se afirmaram os direitos civis, políticos e sociais, os processos de descolonização e a procura de uma sociedade mais igualitária e menos excludente contribuíram, de algum modo, para a busca da inclusão social. Conforme asseveram Souza et al (2008, p. 19):

A dialética inclusão/exclusão não ocorre por acaso e nem mesmo por determinantes da natureza. Tanto a inclusão como a exclusão gravitam no perverso campo articulado às estruturas do poder, sempre construídas pelas poderosas influências sociopolítico-econômicas. É oportuno lembrarmos que, nos tempos atuais, felizmente o modelo chamado “politicamente correto” pode modificar os critérios de inclusão/exclusão [...] Evidentemente, não querem modificar os alicerces das estruturas do poder. Estrategicamente, modifica-se alguma coisa, para que todo o restante continue inalterado.

Daí se pode inferir que, até mesmo por trás de políticas públicas voltadas para a inclusão social notam-se mecanismos de controle social, de dominação, de manutenção da ordem social vigente. As políticas públicas de inclusão social visam, muitas vezes, evitar manifestações de revolta, dando a impressão de que há uma preocupação com a melhor condição de vida da população. Entretanto, na maioria das vezes tais políticas não garantem sequer as condições mínimas para uma vivência digna.

Conforme relata Sposati (2006), no século XX surgem novos ingredientes das manifestações exclusão social descentrada do econômico e recentrada no acesso às políticas públicas. Elementos como territórios, etnias, migração, cidadania surgem como novos ingredientes das manifestações sociais, transformadas em *locus* de exercício do poder social e

político.

Leite e Nunes (2007) consideram que o tema da inclusão e o de sua contrapartida – a exclusão – tem feito parte da história da humanidade, entremeado por práticas discursivas que explicam o pertencimento ou não de determinadas instituições, associações, grupos e indivíduos nas esferas de poder e de prestígio. Considera a inclusão social um conceito polissêmico, decorrente da complexidade das relações humanas. Segundo os autores trata-se de uma referência de cidadania que visa garantir a todas as pessoas condições objetivas de fruição de bens naturais, sociais e culturais, frutos da produção coletiva, mas que se encontram distribuídos de forma muito desigual.

Para Estivill (2003) exclusão e pobreza são conceitos considerados concomitantes, sobrepostos e frequentemente complementares. Entretanto, os termos exclusão e pobreza não são equivalentes. Segundo o autor, nem todos os excluídos são pobres, embora diversas investigações e trabalhos mostram que existe um vasto círculo onde coincidem os pobres e excluídos.

A fala do autor nos remete a outras formas de exclusão que independem da condição socioeconômica, como aquelas decorrentes de limitações físicas, intelectuais e sensoriais, fatores culturais, opção sexual, entre diversos elementos que impedem ou dificultam o acesso dos indivíduos aos bens e direitos considerados públicos.

No entendimento de Estivill (2003) existem basicamente dois tipos de exclusão. Ocorre exclusão política quando envolve o campo dos direitos da cidadania, ao seu acesso, usufruto e às múltiplas barreiras que se lhe opõem. A exclusão econômica separa os indivíduos, grupos e territórios dos centros produtivos e de consumo e o seu paradigma central, baseado na escassez. Obriga a colocar a questão em termos de pobreza/riqueza, igualdade/desigualdade na posse e uso dos bens produzidos. Ainda segundo Estivill (2003, p. 42):

A exclusão tem uma base material relacionada com a falta de meios de subsistência, não sendo apenas produto da diferenciação social. São os circuitos de privação, as desvantagens acumuladas, o que caracterizam a exclusão. As origens familiares, um nível de escolarização baixo, nulo ou deficiente, uma formação profissional escassa ou reduzida, a falta de trabalho, o trabalho precário ou sazonal, uma alimentação deficiente, vencimentos reduzidos, uma habitação inadequada ou em más condições, estado de saúde debilitado e doenças crônicas ou repetitivas, a falta de prestações

sociais e sem acesso aos serviços públicos, entre outros, costumam ser os elementos mais evidentes destes circuitos empobrecedores.

Vários são os elementos que caracterizam a exclusão social, os quais na maioria das vezes estão relacionados às condições precárias de moradia, emprego, alimentação, saúde, educação, entre tantos outros direitos relacionados ao pleno exercício da cidadania. A busca pela garantia desses direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária compõe o conceito de inclusão social.

Na definição de Azevedo e Barros (2004) a inclusão é entendida como o movimento permanente na busca de igualdade de condições e oportunidades para evitar diversas situações de privação. Para Sposati (2006) a inclusão visa o acesso a quatro utopias básicas: autonomia de renda, desenvolvimento, equidade e qualidade de vida.

Assim, considera-se incluído socialmente aquele que é capaz de garantir seu próprio sustento e de sua família, com condições adequadas de moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho, enfim, acesso aos direitos relacionados à própria condição de cidadão.

No mesmo sentido, Sposati (2006) destaca que o conceito de inclusão relaciona-se à luta por um patamar básico de igualdade, por meio da reivindicação de direitos que pregam uma igualdade prometida a todos, de tal modo que as diferenças e assimetrias de cada um podem ser formuladas em um registro público, como questões pertinentes aos destinos de uma coletividade.

O termo inclusão social refere-se, portanto ao acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia digna, condições adequadas de trabalho, lazer, acesso aos bens culturais, entre outros. Inclusão social significa também garantir tais direitos ao maior número possível de pessoas, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo a distribuição equitativa dos bens e direitos de interesse coletivo.

1.2 INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS

Nos últimos anos, tem-se observado novos olhares em relação à juventude, tornando os jovens com idade até 29 anos foco de políticas públicas especialmente aquelas voltadas à educação e formação profissional. A partir de 2003, os órgãos governamentais no Brasil começaram a priorizar os direitos dos jovens e em 2004 assume as discussões políticas

sobre o tema.

O Brasil possui atualmente cerca de 50,5 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, dos quais 4,5 milhões não concluíram o ensino fundamental e estão fora da escola (BRASIL, 2007). Entretanto, os jovens são considerados atualmente um dos principais grupos vitimados pela exclusão social, sendo que muitas vezes não contam com oportunidade de acesso aos direitos básicos como: educação, saúde, trabalho, enfim, ao exercício da cidadania.

Soares et al (2011) comenta que a distribuição da população adulta (idade 25-64) por nível educacional revela a necessidade de medidas adicionais para dotar a população ativa com os níveis de educação e qualificação necessários ao desenvolvimento humano, social e econômico do país. O PROJovem Urbano é um programa cuja proposta é promover a inclusão social dos jovens brasileiros com idade compreendida entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental. Concretamente, as medidas visam a elevação da escolaridade através da conclusão do Ensino Fundamental; a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Jaeger (2011) também destaca que a presença de políticas públicas que visam alocar ou realocar indivíduos no sistema educacional e, em longo prazo, no mercado de trabalho, é de extrema importância em um país que aparece entre os dez piores em termos de distribuição de renda e que ao mesmo tempo é a 6ª maior economia do globo.

A formação educacional e a capacitação profissional são, de fato, estratégias imprescindíveis quando se fala em inclusão social de jovens, mas é preciso salientar que estas devem fazer parte de políticas públicas bem mais abrangentes, tendo em vista que sozinhas não podem resolver o problema da exclusão social desses jovens.

A inclusão social de jovens implica a criação de políticas públicas específicas para atingir os indivíduos jovens, assim considerados aqueles com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Blanco (2009, p. 44) define inclusão de jovens como:

um processo de integração dos jovens na sociedade através do reconhecimento e valorização de suas alteridades e da efetivação de seus direitos enquanto cidadãos. Parte-se do princípio de que estes jovens não podem ser considerados excluídos socialmente, já que participam de redes sociais que configuram uma sociabilidade, uma integração e uma previsibilidade. Estando muitas vezes segregados numa condição socioeconômica e simbólica, a partir de uma processo de desenvolvimento

que alocou suas famílias numa condição sócio-histórica de sobrantes ou de trabalhadores em condições precárias da economia (rural ou urbana), estes jovens possuem perspectivas de acesso a direitos como educação e trabalho além de desejos de um reconhecimento social através desses direitos que possibilite condições de integração e equidade social.

A inclusão social de jovens supõe que os mesmos sejam beneficiados por políticas públicas capazes de permitir o acesso à educação, formação profissional, ingresso no mercado de trabalho, além do direito à saúde, moradia, lazer, cultura, entre outros. Leite e Nunes (2007) explica que pensar as juventudes apenas como uma fase de transição e de ajustamento aos papéis da idade adulta é um dos principais obstáculos para a elaboração de políticas públicas que possam, de fato, atender as demandas dos jovens.

Para Novaes (2010), nos dias de hoje não se pode pensar em “inclusão social” de jovens como se houvesse apenas um tipo de família, um sistema de ensino apropriado aos tempos atuais ou como se fosse possível um mercado de trabalho estável e previsível. O desafio atual é encontrar caminhos que resultem tanto em modificações urgentes em trajetórias de vida deste segmento juvenil, quanto resultem em novos experimentos sociais geradores de transformações mais profundas na relação escolaridade/mundo do trabalho, nas instituições e na sociedade onde vivem todos os jovens desta geração.

Quaisquer políticas públicas de inclusão social de jovens devem considerar as características desta população, em especial as dificuldades encontradas em exercer sua cidadania, a fim de que tais políticas consigam de fato alcançar as necessidades desses jovens. Assim, tais políticas devem apresentar vertentes diferenciadas, incluindo estratégias no campo da educação, saúde, assistência social, prevenção e combate à dependência química, entre tantas outras que colocam esses jovens em condição de vulnerabilidade social.

De acordo com Castro et al (2009) no Brasil, desde 2005, vários esforços tem sido feitos no sentido de elaborar parâmetros e descobrir caminhos que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. Ainda segundo os mesmos autores o peso numérico dos jovens na atualidade, bem como a influência das condições sociais na juventude em relação à vida adulta justifica o olhar especial sobre as questões que afetam e mobilizam os jovens brasileiros.

Entretanto, as políticas públicas voltadas para a juventude ainda não tem

conseguido resolver o problema da exclusão social de jovens, os quais estão sujeitos a diversas condições de vulnerabilidade, especialmente destacando a dependência química, o desemprego e a violência.

Daí a importância de que as políticas públicas para a juventude sejam mais abrangentes e levem em conta os reais problemas dessa juventude, desenvolvendo estratégias adequadas para resolvê-los ou pelo menos minimizá-los. A formação para o trabalho e a educação de um modo geral são estratégias indispensáveis nesse processo, mas devem fazer parte de um conjunto de estratégias, já que por si só, não resolvem o problema da vulnerabilidade social.

1.3 FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS

Um dos pilares da inclusão social de jovens no Brasil está na formação para o trabalho, considerada condição essencial para que o jovem obtenha melhores condições de vida.

De acordo com Gama (2004) o processo de reestruturação produtiva ocorrido no âmbito do capitalismo, a partir do fim do século XX, resultado da revolução tecnológica e das novas formas de gestão da economia, passou a requerer um novo tipo de trabalhador e, conseqüentemente, de formação para o trabalho. A crise da década de 1970 marcou o esgotamento do padrão de acumulação fordista, cuja característica principal era a sua rigidez, que além de não atender mais às necessidades de acumulação capitalista, tornara-se um obstáculo a sua expansão.

A sociedade passa então a requerer um novo tipo de profissional, cada vez mais qualificado. No entendimento de Ramos (2002) o conceito de qualificação consolidou-se com o modelo taylorista-fordista de produção, em torno do qual se inscreveram tanto os padrões de formação quanto os de emprego, carreira e remuneração. Em outras palavras, a qualificação passou a ser compreendida muito mais como uma relação social complexa entre as operações técnicas, a estimativa de seu valor social e as implicações econômico-políticas que advêm dessa relação, do que como estoque de saberes.

Gama (2004) explica que o deslocamento do modelo de qualificação para a lógica

da competência, sendo esta condição *sine qua non* para a empregabilidade, acarreta na submissão das políticas de formação à lógica do funcionamento do mercado, que busca assim, desenvolver um sistema educacional estreitamente ligado a necessidades mercadológicas.

Não basta o conhecimento, mas é preciso saber aplicar esse conhecimento em situações práticas do cotidiano e, mais que isso, desenvolver a capacidade de adaptar-se a mudanças, de encontrar novas soluções para os problemas. A sociedade começa a exigir um novo profissional com diversas competências, capazes de suprir as novas exigências do mercado.

Ainda conforme Gama (2004) tal momento histórico é marcado pela Reforma da Educação Profissional, que tinha na separação entre ensino médio e ensino técnico seu eixo central. Assim, o país passou a ter dois sistemas de ensino: o regular que compreende a educação básica (ensino fundamental e médio) e o ensino superior e paralelamente a educação profissional, que passou a compreender três níveis: a) o básico, modalidade de educação não formal, que não exigia nenhuma formação escolar anterior, destinado à qualificação e requalificação, conferindo ao seu término certificado de qualificação profissional; o técnico com organização curricular própria e independente do ensino médio, estruturado de forma modular e flexível, podendo ser cursado de forma sequencial ou concomitante ao ensino médio e c) o tecnológico, de nível superior, destinado aos egressos do ensino médio ou do ensino técnico, desde que possua também o grau médio, conferindo ao seu término, diploma de Tecnólogo.

De Leon (2007) ressalta que os jovens, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura da produção.

Boa parte desses jovens não teve acesso à escolarização formal ou à qualificação para o trabalho, enfrentando dificuldade em ingressar no mercado de trabalho e, muitas vezes, acabam por submeter-se a condições precárias de trabalho, na maioria das vezes na informalidade.

De Leon (2007) defende que uma abordagem integral voltada para fortalecer o potencial das novas gerações, deve pautar-se pela garantia dos direitos do jovem enquanto

cidadão assim como os direitos da juventude enquanto manifestação histórica de uma geração em sua relação com o mundo adulto na busca por igualdade de oportunidades e condições básicas para contribuir para a construção de um país mais humano e com coesão social.

Evidencia-se desta forma que não basta a qualificação profissional, é preciso garantir condições de acesso à cidadania, oferecendo oportunidades reais de capacitação, considerando a necessidade de apoio para que consigam superar as dificuldades que encontram nesse processo. As políticas de inclusão social de jovens visando a qualificação para o trabalho precisam considerar as condições reais desses jovens, bem como as dificuldades que encontram para frequentar cursos (financeira, tempo, distância, entre outras).

CAPITULO II

O PROJÓVEM URBANO NA INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJÓVEM), quando lançado foi denominado Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJÓVEM), e atendia jovens de 18 a 24 anos, que não tinham terminado a 4ª série e não possuíam vínculos formais de trabalho. Na ocasião caracterizou-se como programa emergencial e experimental, em atendimento a um segmento com a real necessidade de chegar ainda jovem ao Ensino Médio. A proposta curricular estava fundamentada na articulação entre a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico (SILVA, 2009).

De acordo com Silva e Andrade (2009) o atual PROJÓVEM ou PROJÓVEM Integrado é o resultado da unificação de seis programas já existentes – PROJÓVEM, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã.

Como relata Silva (2009), a unificação ocorre em 2008, quando o programa começa a ser regido pela Lei nº 11.692 ampliando a oferta para jovens de 15 a 29 anos e dividindo-o nas quatro modalidades. Em novembro de 2008 o Programa é regulamentado por meio do Decreto nº 6.629 e nesta ocasião é criado o Conselho Gestor do PROJÓVEM (COGEP) sendo a instância federal responsável pelas deliberações, gestão e execução do Programa a nível nacional.

Em 2012 uma nova mudança acontece na gestão do PROJÓVEM Urbano, que a partir de 2012, passa a ser coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação, sendo sua gestão diretamente vinculada a este Ministério e às Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação, em âmbito local.

Silva e Andrade (2009) ressaltam que o Programa Agente Jovem tinha como público-alvo jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos em situação de risco e

vulnerabilidade social, pertencentes a famílias de baixa renda, assim considerados aqueles com renda per capita de até meio salário mínimo. Quanto às diretrizes do Programa, buscam a capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino com uma formação cidadã, preparando-os para futuras inserções no mercado de trabalho e para atuação na comunidade.

Os mesmos autores informam que o Programa Saberes da Terra constituiu numa ação do Governo Federal em parceria com entes federados (Estados e Municípios) com o objetivo de desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude, oportunizando a jovens agricultores familiares a inclusão social por meio do acesso e conclusão do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado com qualificação social e profissional. A finalidade do Programa é proporcionar formação integral, prioritariamente ao jovem do campo, por meio de: Elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; e Qualificação social e profissional (formação inicial e continuada).

Ainda segundo Silva e Andrade (2009) o Programa Escola de Fábrica, instituído em setembro de 2005, é destinado a jovens de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos de idade que tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio. Sua finalidade é prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

O Consórcio Nacional da Juventude foi desenvolvido por um grupo de entidades da sociedade civil unidas para executar e capacitar jovens entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos em condições de vulnerabilidade social.

O Programa Juventude Cidadã é voltado aos Jovens com idade entre 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos, cursando o ensino fundamental ou médio na rede pública ou que tenham concluído o ensino médio, em situação de desemprego involuntário, com renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo. O Programa visa qualificar os jovens em diversas áreas profissionais, como administração, alimentação, arte e cultura, construção e reparos, saúde, serviços pessoais, telemática, turismo e vestuário.

O Programa PROJOVEM Integrado, nos termos do Decreto nº 6.629/2008, tem

por finalidade promover “ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros a reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano”. Silva e Andrade (2009, p. 55-56) apresentam o seguinte quadro comparativo das mudanças implementadas com o PROJOVEM Integrado:

Quadro I – Mudanças implementadas com o PROJOVEM Integrado

Programa anterior	Vínculo institucional	Programa após a unificação	Principais mudanças
PROJOVEM	SGPR/SNJ	PROJOVEM Urbano	Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos Ampliou a duração do programa de 12 para 18 meses. Foi estendido para as unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho • Mudou a forma de repasse para os municípios, os estados e o Distrito Federal, pois não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congênere. Agora o repasse é realizado por transferência automática
Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil	TEM	PROJOVEM Trabalhador	Incorporou o programa Escola de Fábrica, do MEC • Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos
Agente Jovem	MDS	PROJOVEM Adolescente	Extinguíu o auxílio financeiro de R\$ 65,00 – um benefício de R\$ 30,00 é pago diretamente às famílias • Priorizou os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família • Ampliou a permanência no programa para até 24 meses • Previu a expansão territorial na lógica dos Centros de Referências de Assistência Social (Cras)/Sistema Único de Assistência Social (Suas) para 4 mil municípios até 2010
Saberes da Terra	MEC e MDA	PROJOVEM Campo – Saberes da Terra	Delimitou a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos – antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos • Incluiu Bolsa Auxílio mensal de R\$ 100,00 por jovem atendido – antes não concedia auxílio financeiro

Fonte: Silva e Andrade, 2009.

Como se pode notar, as Políticas Públicas visando a Inclusão Social de Jovens passaram a abranger quatro modalidades, conforme ressalta Salgado (2008):

1. PROJOVEM Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do Programa Agente Jovem e destina-se a

jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos.

2. PROJOVEM Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).
3. PROJOVEM Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade – com a conclusão do ensino fundamental – qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o Programa Saberes da Terra.
4. PROJOVEM Trabalhador, que unifica os Programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

Jaeger (2011) destaca que o PROJOVEM foi instituído como um programa emergencial atendendo a um segmento da população que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio e aprender um ofício para se inserir no mercado de trabalho. O programa tem duração de 18 meses e é dividido em seis unidades formativas: juventude e cultura, juventude e cidade, juventude e trabalho, juventude e comunicação, juventude e tecnologia e juventude e cidadania.

O foco desta pesquisa está no PROJOVEM Urbano de Anápolis, cujo público-alvo são os jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental. A seguir, são apresentadas as diretrizes principais do Programa, tais como seus objetivos, finalidades, público-alvo, diretrizes pedagógicas e papel do educador.

2.2 OBJETIVOS E FINALIDADES DO PROJOVEM URBANO

O PROJOVEM Urbano, nos termos da Lei nº 11.692/2008, tem como objetivo

e elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania.

Nos termos de seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), o PROJOVEM Urbano, ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, pretende oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionando quanto a sua inserção social e profissional (SALGADO, 2008, p. 18).

Ainda de acordo com o PPI (2008) o PROJOVEM Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre: Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial; Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

De acordo com a Coordenadora Pedagógica do Programa em Anápolis, a Participação Cidadã prevê que o jovem tenha uma visão de cidadania, que ele tenha uma visão de que ele é ativo na sociedade. Nas palavras da coordenadora do programa em Anápolis:

Nós fazemos isso por um Projeto elaborado durante todo o curso com eles. Primeiro elaborado a noção de cidadania, do que é ser cidadão. É só votar? É só ter o título? Como é que funciona isso? [...] O conceito de cidadania é bem trabalhado. Se a gente comparar um aluno do EJA com um aluno do PROJOVEM, eles tem noções de cidadania muito diferentes. Eles tem que desenvolver. Eles procuram um problema na comunidade, por exemplo: na área de saúde. Na minha comunidade, no meu bairro o posto de saúde é muito precário, eu não consigo nada. Ele vai estudar primeiro o que é saúde, ele vai ver quais são as necessidades reais daquele posto de saúde, pra enfim reivindicar isso. Reivindicar em forma de passeata, em forma de panfleto, de uma carta para o prefeito. [...] A Participação Cidadã prevê que mesmo quando o curso tiver acabado o aluno continue se comportando como um cidadão efetivo. Não só cobrando, mas cumprindo os seus deveres. Como eu me posiciono perante o lixo na comunidade? Eu joga o lixo na rua? É toda uma mudança de conceito do que é ser cidadão.

Salgado (2008) enumera os seguintes objetivos básicos do PROJOVEM Urbano: tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania; desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atue como sujeito, construtor de um todo que faça sentido para ele; propor novas formas de organização do trabalho escolar, envolvendo diferentes instâncias da administração pública e da sociedade, de modo a viabilizar o desenvolvimento do currículo integrado; definir estratégias de atuação na sala de aula com vistas a integrar as três dimensões do currículo, de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa; formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do PROJOVEM Urbano, o que lhes demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano.

Nesta perspectiva, destaca Salgado (2008, p. 26) que o PROJOVEM Urbano tem como finalidades específicas:

- a reinserção dos jovens no processo de escolarização;
- a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

O Programa propõe-se a melhorar a escolarização, bem como ampliar as possibilidades de ingresso dos jovens no mercado de trabalho por meio da inclusão digital, capacitação profissional, entre outras estratégias visando a inclusão social desses jovens.

Quanto aos objetivos especificamente voltados para os participantes do PROJOVEM Urbano, de acordo com Salgado (2008, p.40) espera-se que os jovens concluintes do programa sejam capazes de:

- afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu

contexto de trabalho;

- acessar os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc.;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade,
- assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas
- visando a sua superação e participar da respectiva implementação e avaliação;
- refletir criticamente sobre sua própria prática;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

O PROJOVEM Urbano, em linhas gerais, tem como proporcionar aos jovens participantes uma formação abrangente, preparando-os para o exercício da cidadania, o ingresso no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos. Não tem caráter profissionalizante, mas visa preparar o indivíduo para exercer diferentes papéis sociais, incluindo o trabalho em equipe, relações interpessoais, entre outras competências e habilidades.

2.3 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As diretrizes pedagógicas do PROJOVEM Urbano constam basicamente de seu Projeto Pedagógico Integrado e do Manual do Educador. Segundo relata Salgado (2010) as diretrizes do PROJOVEM Urbano, como política de Juventude, são definidas por um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude e integrado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A elaboração do projeto pedagógico específico do curso, a concepção e a produção dos materiais de ensino e aprendizagem, o desenho da rede PROJOVEM Urbano e a organização do sistema de Monitoramento e Avaliação foram dirigidos pela Coordenação Nacional do PROJOVEM, com a colaboração de: autores especialistas nos diversos componentes curriculares; consultores pedagógicos, nas áreas de

elaboração de currículos e metodologia de ensino, aprendizagem e desempenho escolar dos alunos; especialistas em formação de formadores e de educadores e especialistas em monitoramento e avaliação de políticas públicas e avaliação da educação.

No que se refere às Diretrizes Pedagógicas, estão estabelecidas no PPI, onde está explícito que o currículo compõe-se de três dimensões, quais sejam: Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária.

De acordo com Salgado (2008) a dimensão “Ensino Fundamental” corresponde às estratégias voltadas à elevação da proficiência dos jovens nas diversas áreas do conhecimento, elevando seu nível de escolaridade. Com relação à Qualificação Profissional, organiza-se em arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços. A Qualificação Profissional inclui ainda a Formação Técnica Geral (FTG), que aborda aspectos teórico-práticos importantes para qualquer tipo de curso profissionalizante. Destaque-se que, segundo a autora, a oportunidade de Qualificação Profissional é um dos fatores principais de atração para o Programa. A dimensão “Ação Comunitária” pretende, por meio de aulas teóricas e oficinas, discutir questões como direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros.

Ainda segundo a autora, a proposta de inclusão digital perpassa as três dimensões do currículo, buscando realçar o papel do conhecimento em Informática como um dos pilares da vida moderna, visando a proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender os princípios de funcionamento, os programas principais e os recursos técnicos essenciais para a operação de computadores, sistemas periféricos e tecnologias da informação.

Salgado (2010) destaca que constitui papel dos gestores desenvolver o currículo integrado em suas três dimensões, utilizar o material de ensino e aprendizagem especialmente produzido, fazer cumprir a carga horária definida, promover as atividades e avaliações previstas, garantir a participação dos educadores na formação inicial e continuada e nas reuniões de planejamento.

De acordo com a coordenadora pedagógica do Programa em Anápolis, a diferença

entre o Projeto Político-Pedagógico, utilizado no campo educacional de um modo geral e o Projeto Pedagógico integrado, está justamente na proposta de integração do Programa. Segundo a coordenadora:

O Projeto Pedagógico prevê a integração de quatro dimensões do PROJOVEM. Não é só o Urbano, é o Rural, o Trabalhador, o Adolescente e o Urbano; então são quatro PROJOVENS. Então essa integração é que faz parte da política, esse Projeto rege todos os PROJOVENS. É a diferença maior do Projeto Pedagógico Integrado. No PROJOVEM Urbano é a proposta pedagógica mesmo. Essa proposta dos descritores como avaliação. Aqui nós não trabalhamos só conteúdo, aqui nós trabalhamos descritores com habilidades. De como eu desenvolvo a habilidade de leitura e escrita, como eu desenvolvo a habilidade de interpretação de problemas, porque em dezoito meses aprender conteúdo é um pouco complicado. Não que não tenha. Nós temos conteúdo sim, só que nós focamos nas habilidades e como eu aprendo isso. Essa é a maior diferença; é que ele rege todos os quatro PROJOVENS e integra isso e no PROJOVEM Urbano também a proposta pedagógica dele prevê um eixo integrador por livro.

Nos termos do PPI o princípio fundamental do PROJOVEM Urbano é o da integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Ademais, o Programa é organizado em eixos estruturantes, denominados Unidades Formativas, como destaca Salgado (2008):

Os eixos estruturantes do PROJOVEM Urbano são:

- Unidade Formativa I - Juventude e Cultura: Os jovens e a cultura como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo, forma identidades, produz linguagens e ferramentas, institui regras e costumes. Reposicionamento diante do fato de que o reconhecimento social de distintas culturas está sujeito às relações assimétricas de poder político e econômico.
- Unidade Formativa II - Juventude e Cidade: A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Reposicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

- Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho: O mundo do trabalho na sociedade contemporânea: transformações pelas quais vem passando e práticas de inserção dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.
- Unidade Formativa IV - Juventude e Comunicação: Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.
- Unidade Formativa V - Juventude e Tecnologia: Ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias.
- Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania: Diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas).

Cada unidade formativa é trabalhada nos diversos eixos estruturantes, sendo que, o componente Formação Básica, desdobra-se em áreas ou disciplinas que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, devem promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis para a vida na sociedade atual. A formação básica contempla as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática e Ciências da Natureza.

Além destes componentes, as unidades formativas são também contempladas nos componentes: Qualificação Profissional e Participação Cidadã. O componente Qualificação Profissional desdobra-se em três conjuntos de atividades: Formação Técnica Geral, Arcos Ocupacionais e Projeto de Orientação Profissional (POP), que é um trabalho de cunho reflexivo, ao longo de todo o curso, preparando o jovem para melhor compreender a dinâmica do mundo do trabalho e planejar o percurso de sua formação profissional.

Já o componente Participação Cidadã envolve reflexões sobre conceitos básicos para a Participação Cidadã, articulando-se esse componente com os demais, especialmente, Ciências Humanas, Língua Portuguesa e Qualificação Profissional e o Plano de Ação Comunitária, que se refere ao planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma

ação social escolhida pelos alunos, fundamentada no conhecimento de sua realidade próxima.

Tanto os conteúdos curriculares quanto os eixos estruturantes são definidos com base nas características do público potencial, nos objetivos e nas diretrizes definidos para o curso. O componente curricular Formação Básica desdobra-se nas seguintes disciplinas: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática e Ciências da Natureza. O componente Qualificação Profissional abrange três conjuntos de atividades: Formação Técnica Geral, que trata de aspectos comuns a qualquer ocupação; Arcos Ocupacionais, voltados ao preparo do jovem para inserir-se no mundo do trabalho; e Projeto de Orientação Profissional (POP) visando uma reflexão continuada sobre todas as atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos na relação teoria e prática. Já o componente curricular Participação Cidadã abarca dois conjuntos de atividades: Reflexões sobre conceitos básicos para a Participação Cidadã e Plano de Ação Comunitária (PLA), voltado para o planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma ação social escolhida pelos alunos, tendo em vista seu conhecimento e experiências em sua realidade mais imediata.

A carga horária do PROJOVEM Urbano é de 2.000 horas (1.560 presenciais e 440 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (78 semanas).

2.4 O PAPEL DO EDUCADOR

O PPI do PROJOVEM Urbano preconiza que os educadores do PROJOVEM Urbano devem atuar como orientadores de aprendizagem, trabalhando com os alunos na elaboração das Sínteses Interdisciplinares, do Plano de Ação Comunitária (PLA), e do Projeto de Orientação Profissional (POP). Tais atividades visam criar oportunidades adequadas para que o jovem construa sua subjetividade, articulando a pessoa humana, o trabalhador, o estudante e o cidadão.

Rangel e Figueira (2010) relatam que os fundamentos e diretrizes do programa exigem que os educadores considerem as múltiplas experiências e conhecimentos dos jovens, bem como em seu percurso escolar anterior. Cabe ao professor reconhecer que, quando chegam ao PROJOVEM Urbano, os alunos trazem experiências pessoais e conhecimentos prévios que não podem ser ignorados, mas que devem constituir uma referência para cada

educador definir formas de trabalhar e de se relacionar com a turma.

Salgado (2008) destaca que no PROJOVEM Urbano, cada educador exerce tanto a função de especialista e a de orientador de aprendizagem quanto de especialista em determinada área do conhecimento e como orientadores, quando desenvolvem as atividades de integração com uma só turma, que fica sob sua responsabilidade. O mesmo se aplica aos educadores de Qualificação Profissional e os educadores de Participação Cidadã, que exercem essa dupla função em horários específicos, no núcleo e no pólo.

Os professores atuam como especialistas das respectivas áreas, mas em outros momentos docentes, bem como nos processos de planejamento do núcleo e na formação continuada, atuam também como parceiros dos professores orientadores. A diferença é que não ficam responsáveis por uma determinada turma, orientam todas as turmas do núcleo ou núcleos onde atuam, por via da interação com o orientador de cada uma. Nesta perspectiva, sintetiza Salgado (2008, p. 73):

“O professor especialista conduz o processo específico de aprendizagem de sua disciplina ou campo de conhecimento e deve garantir que os conceitos e suas relações sejam construídos pelos alunos de forma correta e segundo o olhar científico de cada área. Nessa função, cabe-lhe desenvolver aulas bem preparadas, com ampla participação dos alunos, promovendo situações desafiadoras e relacionando os conteúdos com os conhecimentos prévios do aluno. Seu principal instrumento de trabalho é o Guia de Estudo, cujo conteúdo deve ser apropriado ativamente pelos jovens. Na função de professor orientador, o educador de Formação Básica orienta mais de perto cada aluno da turma que lhe cabe e se torna sua referência na articulação do conjunto de conhecimentos do curso. Seu principal instrumento de trabalho é também o Guia de Estudo, porém explorado em função dos temas integradores, o que implica buscar, analisar avaliar e organizar informações dos diferentes componentes curriculares, mas nunca dar aulas sobre eles. Da mesma forma, os educadores de Participação Cidadã e Qualificação Profissional desempenham a função de orientador – neste caso, para os alunos de todas as turmas – quando acompanham o desenvolvimento do PLA e do POP, respectivamente”.

Salgado (2008) ainda destaca a importância de que os educadores trabalhem cooperativamente e levem seus alunos a fazê-lo também, planejando e executando coordenadamente as atividades de ensino e aprendizagem, de modo a favorecer, juntamente com a apropriação dos conteúdos básicos e a concretização da interdimensionalidade e da interdisciplinaridade, a formação das identidades dos jovens, o desenvolvimento de seus valores éticos e de cidadania.

CAPITULO III

PROJOVEM URBANO EM ANÁPOLIS: EXPECTATIVAS E INCERTEZAS

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A elaboração de políticas públicas voltadas para os jovens é cercada de obstáculos e um deles é pensar a juventude como uma simples fase de transição e ajustamento à idade adulta. A carência de políticas públicas voltadas especificamente para o público jovem deixou, por longos períodos, parte da juventude brasileira, especialmente a mais carente, sem gozar plenamente a sua cidadania. O PROJOVEM trabalha de maneira diferenciada com a inclusão social nas quatro modalidades: PROJOVEM Adolescente, PROJOVEM Urbano, PROJOVEM Campo e PROJOVEM Trabalhador.

O objeto de estudo desta pesquisa é o PROJOVEM Urbano, fazendo um recorte para o PROJOVEM Urbano em Anápolis, nos anos de 2010-2011. Em Anápolis, já estão estruturados o PROJOVEM Adolescente e o PROJOVEM Trabalhador, além do PROJOVEM Urbano, implantado em 2010, com 2400 vagas oferecidas a jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade.

O PROJOVEM Urbano tem como finalidade elevar o grau de escolaridade dos jovens e visa o desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do Ensino Fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã (BRASIL, 2008, p. 14). Destina-se a promover a inclusão social dos jovens que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental, buscando a reinserção na escola e no mundo do trabalho. O intuito é propiciar oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania.

O PROJOVEM Urbano apresenta uma proposta pedagógica que pretende associar a formação educacional, com elevação do nível de escolaridade, à qualificação profissional e formação cidadã, propiciando aos jovens maior consciência de sua realidade, de seus direitos, levando-os a refletir sobre problemáticas sociais como o meio ambiente, entre outras.

3.2 PANORAMA ATUAL DO PROJOVEM URBANO EM ANÁPOLIS

O PROJOVEM Urbano em Anápolis, considerando o ano de 2011, funcionou em seis escolas municipais a saber; Escola Municipal Betesda Primavera (Jardim Primavera), Escola Municipal Dinalva Lopes (Vila Esperança), Escola Municipal Luiz Carlos Bizinoto (Vila União), Escola Municipal Prof. Jerônimo Vaz (Jardim das Bandeiras), Escola Municipal Profª Esther de Campos do Amaral (Jardim Alvorada), Escola Municipal Profª Josephina Simões (Setor Industrial), Escola Municipal Realino José (Jandaia), atendendo a 329 jovens. O Programa conta com uma Diretora Geral, uma Coordenadora Executiva, uma Coordenadora Pedagógica e dezesseis Educadores.

O Programa foi implantado em Anápolis no ano de 2010. Segundo a Secretária Municipal de Educação, a Prefeitura de Anápolis iniciou o programa PROJOVEM Urbano oferecendo 2400 vagas, sendo que no mesmo ano a população na faixa etária de 18 a 29 anos que não haviam concluído o Ensino Fundamental era de aproximadamente 15 mil jovens. O número de matrículas foi por volta de 820, sendo que somente 329 jovens concluíram o curso. Em entrevista concedida à pesquisadora, a Secretária afirma que:

“Foi feito um diagnóstico de que nós teríamos em nossa cidade, em torno de 15.000 jovens entre 18 e 29 anos sem a escolarização básica, sem o ensino fundamental e baseado nesse número nós poderíamos oferecer até 2.400 vagas nessa primeira chamada. Nós oferecemos, fizemos uma boa divulgação, mas não apareceram para serem matriculados e aí nós fizemos uma nova solicitação e refizemos o plano de trabalho para oferecer 800 vagas e aí nós conseguimos. Depois houve mais de 50% de evasão e de 800 a gente está fechando com 329 alunos”.

Os problemas de ordem familiar e socioeconômica são apontados pela Secretária como as principais causas da evasão. O público-alvo do PROJOVEM Urbano inclui mulheres entre 18 e 29 anos, muitas delas mães com filhos pequenos, dificultando a frequência ao Programa. Quanto aos rapazes se encaixam basicamente em dois grupos: aqueles que já estão trabalhando porque têm filhos pequenos e aqueles que já estão no mercado de trabalho mesmo sem ter qualificação. Muitos deles trabalham à noite, dificultando sua frequência. Há ainda aqueles que já entraram para mundo do crime. Essa faixa etária é considerada pela Secretária

uma faixa etária de difícil adesão e difícil manutenção também.

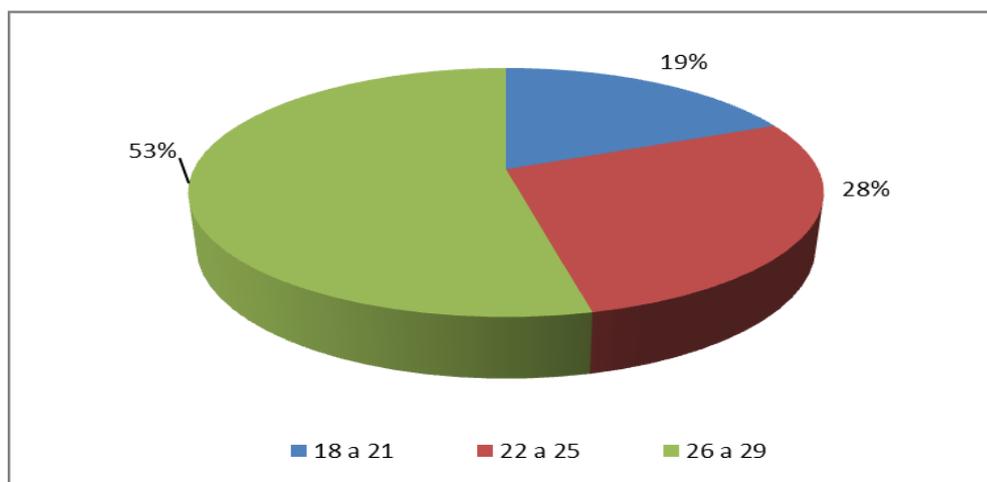
De acordo com Salgado (2008), dados levantados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação indicam que as razões para a defasagem entre inscrição inicial e matrícula são inúmeras, indo da falta de cumprimento dos pré-requisitos do programa (como limite de idade, comprovação de escolaridade ou de inexistência de vínculo empregatício) até a desistência em função de trabalho em horário incompatível com o curso, cansaço resultante do trabalho, dificuldades para guarda dos filhos, acesso difícil ao núcleo, medo da violência, falta de apoio familiar. A necessidade de trabalhar, ainda que sem carteira profissional assinada ou em atividade informal, mostra-se como uma das principais barreiras ao esforço de recrutamento e permanência no curso, sendo que em alguns casos, a própria obtenção de emprego com carteira assinada foi indicada como causa de evasão do programa. Destaca ainda características que remetem para as especificidades do público alvo e indicam a necessidade de se criarem estratégias que evitem o abandono e facilitem o retorno daqueles que desistiram temporariamente.

Na percepção de Blanco (2010) o PROJOVEM Urbano é um programa que precisa de uma melhor avaliação e ajustes em termos de implementação. Concorde-se com o autor tendo em vista que, se não tem havido procura suficiente pelas vagas e, mesmo após a matrícula quase 60% dos jovens evadiram do programa, há que repensar as estratégias. Pode ser que o Programa não esteja indo realmente de encontro aos interesses desses jovens e, neste caso, seria interessante pesquisar melhor sobre os jovens em situação de vulnerabilidade social, visando identificar os fatores que concorrem para o pouco interesse em relação ao PROJOVEM Urbano, bem como as estratégias que pudessem contemplar melhor suas necessidades e expectativas.

3.3 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJOVEM URBANO EM ANÁPOLIS

O PROJOVEM Urbano tem como público-alvo jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental. Em Anápolis, participam atualmente do PROJOVEM Urbano 329 jovens, assim distribuídos em relação à faixa etária como mostra a Figura 1:

Figura 1. Participantes quanto a faixa etária.



Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Nota-se que 19% dos participantes tem entre 18 a 21 anos de idade, 28% entre 22 e 25 anos de idade e 53% encontra-se na faixa etária de 26 aos 29 anos. A maioria dos participantes é do sexo feminino (65%), sendo que 35% é do sexo masculino.

De acordo com Salgado (2008) o público do PROJOVEM Urbano compõe-se de indivíduos afastados da escola há algum tempo, por diferentes razões: por necessidade de trabalhar, por terem sido submetidas a reprovações sucessivas, por não terem se adaptado às normas da escola, por não terem conseguido aprender.

Em Anápolis, o perfil destes jovens não é diferente, uma vez que 45% dos participantes do PROJOVEM Urbano deixaram a escola há mais de dez anos. Quanto aos motivos de terem abandonado a escola, os dados dos questionários indicam que 44% dos participantes do PROJOVEM Urbano teve que trabalhar para ajudar a família. Para 33%, o abandono da escola esteve relacionado a uma gravidez precoce, enquanto 21% afirma ter deixado a escola por uma opção própria.

Entre as características do público-alvo do PROJOVEM Urbano destaca-se, portanto, o fato de serem vítimas da exclusão e do fracasso escolar, além das dificuldades em termos socioeconômicos, decorrente da baixa escolarização e da pouca capacitação para o trabalho.

Novaes (2010) argumenta a necessidade de que os jovens de 18 a 29 anos, que não completaram o ensino fundamental, sejam vistos a partir da ótica da geração a que

pertencem. Concretamente, no caso dos jovens considerados o público potencial do PROJOVEM Urbano, não se deve ratificar ou promover seu isolamento de outros jovens de sua geração, rotulando-os como “aqueles que necessitam ser incluídos”.

Salgado (2008) elenca 53% dos jovens atendidos pelo Programa no Brasil são mulheres, metade tem entre 21 e 22 anos de idade, 70,8% declararam-se pardos ou negros. Quanto à escolaridade pregressa: 15% cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 53%, até a 5ª ou 6ª série; e 33%, até a 7ª série; 10% não souberam identificar a última série cursada com êxito. Apenas 6% cursaram supletivos ou classe de aceleração, indicando que a grande maioria havia tentado anteriormente concluir o ensino fundamental regular. Quanto ao vínculo empregatício, 20% nunca trabalharam e 53% começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade. Mais da metade dos que trabalham nunca fizeram curso profissional e 90% deles ganham menos que o salário mínimo. Além disto, a colocação no mercado formal é geralmente precária e de curta duração.

Em Anápolis, de acordo com os dados coletados por meio de questionários, 65% dos participantes do PROJOVEM Urbano é do sexo feminino, 56% tem idade entre 26 e 29 anos, 76% tem filhos, mais de 50% moram com cônjuge (incluídos os casais com e sem filhos). Com relação ao fator étnico-racial, os 65% se declararam pardos, 20% brancos e 15% negros.

Considerando a situação escolar dos jovens ao ingressarem no PROJOVEM Urbano, como mostra a Figura 5, 60% deles declararam ter a 2ª fase do Ensino Fundamental incompleta, sendo que 14% tinham a primeira fase completa e 26% não tinham concluído sequer a primeira fase do Ensino Fundamental (atual 5º ano).

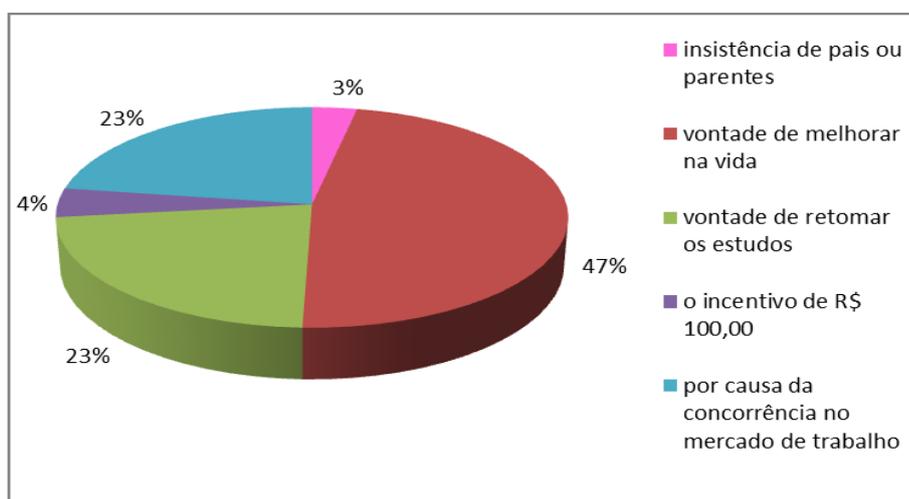
Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE realizada em 2007, indicam que 30,6% dos jovens brasileiros podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo (SM) Por outro lado, apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar per capita superior a dois salários mínimos e aproximadamente 53,7% pertencem ao extrato intermediário, com renda domiciliar per capita entre meio salário mínimo e dois salários mínimos.

O afastamento da escola, ainda que tenha sido involuntário, causa preocupação, uma vez que a escolarização é requisito fundamental para o ingresso no mercado de trabalho.

Novaes (2010) argumenta que os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis e também que o diploma não é garantia de inserção produtiva condizente aos diferentes níveis de escolaridade atingida. Reconhecem a constante necessidade de requalificação e atualização profissional. Neste sentido, a necessidade de novos aprendizados motiva “voltas” ao sistema educativo.

A procura pelo PROJOVEM, neste sentido, muitas vezes tem relação com essa necessidade de retomar os estudos, vislumbrando melhores possibilidades no campo do trabalho, como destaca a Figura 2.

Figura 2. Motivo de ingresso no PROJOVEM.

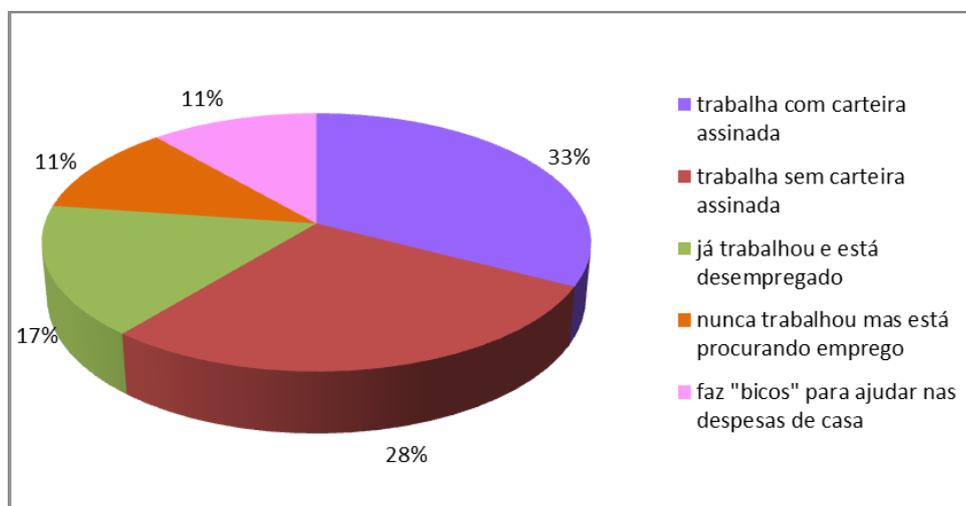


Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Para 47% dos jovens participantes, o motivo de ingresso no PROJOVEM Urbano tem a ver com sua vontade de melhorar na vida, sendo que 23% deles apontam a vontade de retomar os estudos e outros 23% destacam a concorrência no mercado de trabalho. De fato, a elevação da escolaridade e a capacitação profissional são considerados atualmente requisitos indispensáveis para se conseguir uma colocação no mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Quanto à situação no mercado de trabalho, os dados da pesquisa mostram que em Anápolis apenas 11% dos jovens participantes nunca trabalhou - bem abaixo da média nacional, que de acordo com Salgado (2008) é de 20%. As demais situações em relação ao mercado de trabalho estão explicitadas na Figura 3.

Figura 3. Situação no mercado de trabalho.



Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Os dados evidenciam que 28% dos jovens participantes do Programa trabalha atualmente na informalidade (sem carteira assinada), além de 39% que se encontra atualmente fora do mercado de trabalho. Tal situação vai de encontro ao que afirma Salgado (2010), mencionando a necessidade de ter em conta a situação de vulnerabilidade social dos jovens alunos que enfrentam problemas, tais como dificuldade de estabelecer vínculos estáveis com o mundo do trabalho, exposição à violência, às drogas, às doenças sexualmente transmissíveis, exclusão da escola, tudo isso resultando em baixa autoestima. Além disso, é imprescindível considerar a heterogeneidade de suas experiências educacionais entre um e sete anos de escolaridade anterior e a variação pessoal nos ritmos de aprendizagem.

Para a Secretária Municipal de Educação, muitos desses jovens conseguiram através do programa fazer documentos, aprenderam a fazer currículos, tiveram experiência com a informática, quer dizer, eles estão mais aptos agora para serem inseridos no mercado de trabalho. Quanto aos documentos, ao final do curso (final de 2011), cerca de 70% dispõe pelo menos dos principais: RG, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho.

O público-alvo do PROJOVEM é composto por muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e, neste sentido, é preciso traçar estratégias no sentido de propiciar ao máximo o exercício da cidadania. As ações do PROJOVEM devem levar em conta o perfil desses indivíduos, a fim de atender suas necessidades em consonância com as finalidades do Programa.

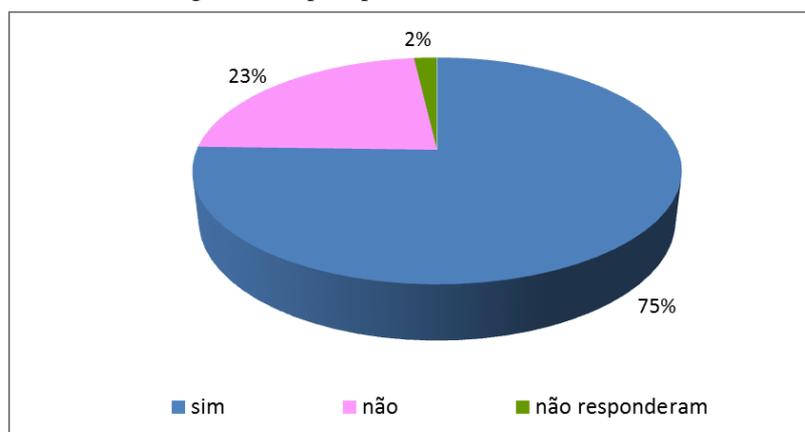
3.4 AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROJOVEM URBANO EM ANÁPOLIS

Um dos objetivos principais desta pesquisa foi exatamente conhecer as percepções dos participantes do PROJOVEM Urbano em Anápolis, identificando suas expectativas, incertezas e a visão que construíram acerca do Programa e de seus reflexos em sua vida pessoal e profissional.

Todos os dados aqui apresentados referem-se aos questionários aplicados pela pesquisadora, respondidos voluntariamente por 215 participantes do PROJOVEM Urbano em Anápolis/GO. Inicialmente, buscou-se construir o perfil destes jovens, conforme já apresentado, em relação à faixa etária, situação no mercado de trabalho, estrutura familiar, entre outros. Mais adiante, o questionário volta-se mais especificamente para percepções consideradas fundamentais em relação aos objetivos da pesquisa.

Foi questionado aos participantes se os mesmos sentiam-se preparados para o mercado de trabalho. Apesar da baixa escolaridade – posto que não concluíram sequer o ensino fundamental, e da situação de exclusão, tendo em vista que apenas 33% deles trabalham atualmente com carteira assinada, surpreendentemente 75% dos participantes se consideram preparados para o mercado de trabalho, como mostra a Figura 4.

Figura 4. Preparo para o mercado de trabalho.



Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Apenas 23% dos participantes admite não estar preparado para o mercado de

trabalho, enquanto 75% declara considerar-se preparado. Os dados evidenciam a pouca consciência que os jovens possuem a respeito dos requisitos necessários para se ingressar e se manter no mercado de trabalho, ou ainda de conseguir melhores oportunidades de emprego. Considerando que nenhum deles chegou sequer a concluir o Ensino Fundamental e o percentual dos que fizeram algum curso profissionalizante é de apenas 38%, é possível inferir que, de fato, ainda não estão preparados para o mercado de trabalho exigente e competitivo da atualidade.

Outro questionamento levantado foi se os adolescentes já haviam participado de cursos profissionalizantes, sendo que 62% declararam nunca ter participado. Entre os que declararam já ter participado de cursos, foram citados cursos na área de alimentação (panificação, culinária, doces), estética (cabeleireiro (a), manicure, modelagem de sobrancelha), além de *telemarketing*, relações humanas, garçom, costura industrial, informática, *designer* gráfico, frentista, vigilante, *office boy*, mecânico, secretariado, pintura residencial.

Os dados evidenciam a pouca consciência dos jovens em relação às exigências do mercado de trabalho. Enquanto 75% dos jovens julgam-se preparados para o mercado de trabalho, 62% nunca participou de cursos profissionalizantes. Some-se a isto o fato de que todos eles não concluíram ainda o Ensino Fundamental, tendo em vista que este constitui um dos requisitos para ingressarem no Programa.

Como bem salienta Jaeger (2011) para um indivíduo ser inserido no mercado de trabalho formal é necessário, em geral, no mínimo o ensino médio completo. Nesse contexto aumenta a importância do acesso à educação e a cursos profissionalizantes para que os cidadãos possam ter um futuro no mundo do trabalho.

A baixa escolaridade dos jovens participantes já evidencia o pouco preparo para o mercado de trabalho e, aliado a isto, também não possuem capacitação profissional específica que pudesse de alguma forma compensar o déficit de escolarização. Entre os jovens que já frequentaram algum curso, pode-se observar a preferência por profissões que exigem menor grau de escolarização, como frentista, vigilante, mecânico, garçom, entre outros, os quais constituem tentativas de capacitação para ingressar no mercado de trabalho apesar da baixa escolaridade.

Considerando que o PROJOVEM Urbano é um Programa que tem como objetivo, nos termos de seu PPI (2008, p. 33) “oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional”, infere-se que trata-se de uma política pública visando a inclusão social de jovens.

Nesta perspectiva, perguntou-se aos respondentes da pesquisa se sabiam o que é inclusão social de jovens, sendo que 82% responderam, 16% responderam negativamente e 2% não responderam a pergunta. Por ser este um dos temas centrais da Proposta Pedagógica do PROJOVEM Urbano, acredita-se que de fato esse deve ser um assunto bastante discutido no Programa.

Um dos temas integradores trabalhados no PROJOVEM Urbano, segundo seu Projeto Pedagógico, refere-se a “Juventude e Responsabilidade ambiental”. Nesta perspectiva, foi questionado aos jovens se eles participavam de atividades de Educação Ambiental no PROJOVEM Urbano, ao que 85% dos participantes responderam afirmativamente. Questionou-se ainda se os jovens já haviam participado de atividades de Educação Ambiental no ambiente escolar, sendo que 45% dos respondentes afirmaram que sim e 55% que não. Logo, mais da metade, nega já ter participado desse tipo de atividade.

O dado denuncia o distanciamento dos jovens em relação à Educação Ambiental, que a nosso ver também contribui para sua formação cidadã, na medida em que propicia uma reflexão sobre a própria realidade, a percepção da importância de sua participação em medidas de prevenção, evidenciando o pertencimento da sociedade.

Outro questionamento levantado foi sobre como os jovens acompanham as discussões sobre questões ambientais em seu cotidiano, sendo que a TV foi o meio de comunicação mais utilizado pelos participantes da pesquisa, apontado por 66% dos participantes. Em seguida aparecem jornal (15%), revista (15%) e rádio (4%). Os dados evidenciam que a televisão é ainda o meio de comunicação mais utilizado por esses jovens, evidenciando sua influência na formação de opinião desses jovens.

Questionou-se ainda com os respondentes da pesquisa sobre quais os seus planos para quando concluírem o PROJOVEM Urbano, sendo que dar continuidade aos estudos na

modalidade EJA foi a resposta mais frequente, como evidencia a Figura 5.

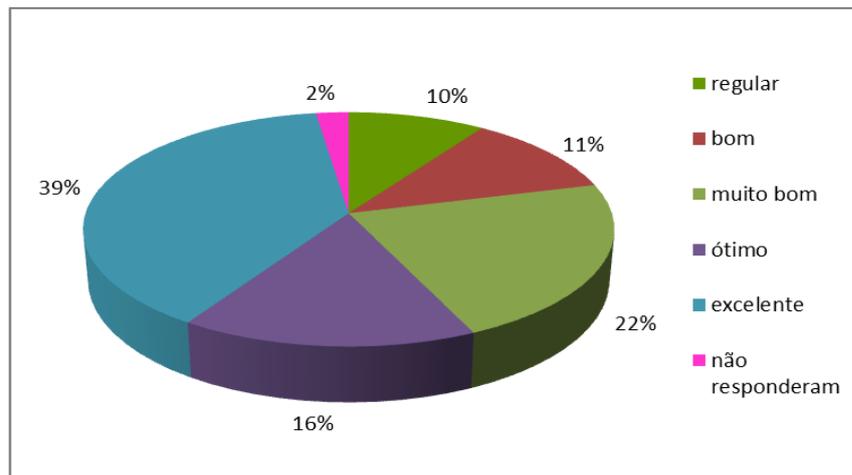
Figura 5. Planos após concluir o curso.



Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Os alunos participantes da pesquisa foram convidados a avaliar o Programa PROJOVEM Urbano e os professores. O Programa foi avaliado positivamente pela maioria dos participantes, sendo que apenas 10% o classificaram como regular, como evidencia a Figura 6.

Figura 6. Avaliação do PROJOVEM pelos participantes.

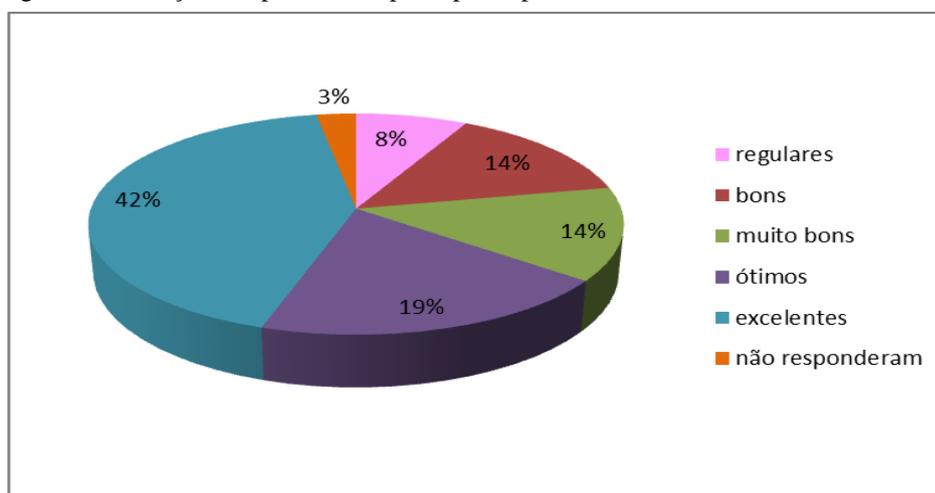


Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Na avaliação de 39% dos participantes o PROJOVEM Urbano é considerado excelente, 16% consideram ótimo, 22% muito bom e 11% como bom. Entretanto, vale destacar que esta é a avaliação dos jovens que concluíram o Programa e que podem não refletir a opinião da maioria dos que ingressaram no Programa, tendo em vista o alto índice de evasão.

A avaliação dos professores pelos participantes do PROJOVEM Urbano também foi satisfatória, tendo em vista que apenas 8% atribuíram classificação regular e 42% avaliaram os professores como excelentes, o que pode ser observado na Figura 7.

Figura 7. Avaliação dos professores pelos participantes do PROJOVEM



. Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Quase 90% dos jovens participantes da pesquisa apresentam uma avaliação positiva dos professores. Por outro lado, destaque-se mais uma vez que, apesar dos jovens participantes terem avaliado positivamente o Programa e os professores, deve-se destacar que estes são os jovens que o concluíram. A coleta de dados não abrangeu aqueles que abandonaram o Programa, até pela dificuldade em localizá-los. O fato destes jovens que concluíram o Programa manifestarem uma avaliação positiva não exclui a preocupação com os fatores que levaram os demais, que no caso somam 60% dos que se matricularam.

Reitera-se, mais uma vez a necessidade de se investigar melhor os fatores que levaram esses jovens a abandonar o Programa e, mais ainda, da procura ter sido tão inferior ao número de vagas inicialmente oferecidas.

3.5 PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES E EQUIPE GESTORA EM RELAÇÃO AO PROJÓVEM URBANO

Os dados envolvendo a Equipe gestora do PROJÓVEM Urbano foram coletados mediante entrevista com a Diretora Geral do Projeto, 1 Coordenadora Executiva e 1 Coordenadora Pedagógica. Foram também coletados dados com os 16 Educadores que atuavam no programa no momento da coleta de dados, por meio de questionário.

Traçando brevemente o perfil dos educadores participantes da pesquisa, apenas três é do sexo masculino, somente três professores possuem idade superior a 34 anos, todos possuem o curso superior sendo que destes 3 possuem também especialização e um está cursando o mestrado.

O objetivo das entrevistas foi identificar as percepções da Equipe Gestora em relação ao PROJÓVEM Urbano. Começando pela Secretária de Educação, nota-se uma visão otimista em relação ao Programa:

A gente acredita que o PROJÓVEM é um programa mais atrativo, ele é mais dinâmico, ele é mais rápido, ele tem a questão da bolsa, a vinculação com a informática, com o mundo do trabalho e na nossa avaliação ele seria um programa mais atrativo.

Ainda com relação aos resultados do PROJÓVEM Urbano em Anápolis, a coordenadora pedagógica declara que, apesar das dificuldades encontradas, o Programa tem conseguido atingir seus objetivos, podendo ser considerado “um Programa de Sucesso”.

A fala das gestoras reforça sua defesa em relação ao Programa, o que é possível de se entender do ponto de vista profissional. Por outro lado, a atratividade que a Secretária aponta não parece ser de fato percebida pelos jovens que constituem o público-alvo do Programa. Isto pode ser evidenciado pelo fato de que das 2400 vagas inicialmente ofertadas, apenas 800 foram inicialmente preenchidas, dos quais 60% não chegou a concluir o

Programa. Nesta perspectiva, infere-se que os objetivos não foram plenamente atingidos, tendo em vista que não se conseguiu atingir o público-alvo.

De acordo com Silva et al (2011), a avaliação do Programa PROJOVEM em sua primeira fase, instituído pela Lei nº 11.129 de 2005, aponta a desistência e evasão dos participantes como um dos principais obstáculos ao sucesso pleno do programa. Os autores relatam que de acordo com estudo efetuado, os motivos enunciados para a elevada percentagem da evasão são o atraso no pagamento das bolsas, a falta ou insuficiência das aulas de informática, violência nas proximidades do núcleo, falta de recursos financeiros para transporte, impossibilidade de trabalhar e frequentar as aulas e a distância de casa ao núcleo.

As informações levantadas pelos autores mostram que o alto índice de evasão no PROJOVEM Urbano atinge todo o país, não constituindo um problema apenas local. O PROJOVEM, enquanto política pública, precisa ser urgentemente repensado, uma vez que não tem conseguido atingir os objetivos propostos.

Os dados indicam que questões como a bolsa, a possibilidade de participar de programas de inclusão digital, não foram suficientes para atrair os jovens. Mais uma vez reiteramos que seria necessária uma pesquisa para melhor conhecer os jovens em situação de vulnerabilidade social a fim de elaborar uma proposta que melhor se adequasse às suas necessidades e expectativas.

Outra questão importante foi levantada pela coordenadora executiva do Programa em Anápolis. Segundo ela, considerando que uma das propostas do PROJOVEM Urbano seria possibilitar o encaminhamento ao mercado de trabalho, foi realizada uma parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), a fim de viabilizar tal encaminhamento. Entretanto, ela relata que nem sempre esses jovens permanecem no emprego, tendo em vista o próprio perfil de situação de vulnerabilidade:

Nossos alunos, a maioria deles, eram dependentes químicos ou ex-dependentes químicos. Então a gente até dá pra entender esse público, para ver a necessidade real desse aluno, porque às vezes você arruma um emprego para esse aluno e eles no outro dia já saem do emprego ou quando recebem o primeiro salário compram tudo em droga.

Nota-se que o problema da vulnerabilidade social dos jovens vai muito além da questão educativa ou da capacitação profissional. Vários outros elementos concorrem para sua exclusão social e, atualmente, um dos principais elementos é a dependência química. Deste modo, dificilmente bastaria capacitar esse jovem para o mercado de trabalho se, em razão da dependência química, ele não consegue permanecer empregado. É um problema social muito mais abrangente que precisa ser alvo de políticas públicas melhor direcionadas no sentido de realmente atender às necessidades desses jovens.

A coordenadora executiva apresenta uma visão mais realista do Programa, reconhecendo que o mesmo não é capaz de resolver o problema desses jovens, o que está numa esfera social muito mais abrangente. Em suas palavras:

O aluno não pode ter uma só política, no caso só a educação. A educação não resolve o problema dele sozinho. É preciso várias outras políticas para amparar esse aluno. [...] porque se não resolver o problema dele lá, então ele não vem para a escola.

Quanto aos resultados positivos a coordenadora executiva destaca a evolução dos jovens que permaneceram no Programa, citando como exemplo sua produção escrita e a própria consciência da necessidade de estudar mais, já a maioria manifestam a intenção de continuar estudando após concluir o Programa. De fato, como já destacado na Figura 7, 85% dos jovens manifestam a intenção de continuar estudando.

Os professores, nos questionários aplicados, em sua maioria (75%) relataram que enfrentaram dificuldades no trabalho com inclusão social de jovens. Entre as dificuldades apontadas pelos professores está a falta dos recursos prometidos pelo Programa, as dificuldades relacionadas ao perfil dos alunos (dificuldades de aprendizagem, resistência, desmotivação), faltam perspectivas reais de melhora. Dois professores ainda relataram que o poder público não tem dado o respaldo satisfatório para que o Programa funcione. Os dados indicam que os professores não compartilham a ideia de que o Programa seja de fato muito atrativo, pois eles mesmos relatam a falta de motivação e de perspectivas dos alunos, levando a crer que os resultados não seriam tão positivos.

Por outro lado, ao serem convidados a avaliar o programa em relação aos resultados alcançados, apenas dois professores consideraram que os resultados não foram satisfatórios. Isto leva-nos a refletir sobre os motivos de tais divergências, tomando como hipótese a preocupação destes professores em se comprometer em tal avaliação (por se tratar de um grupo muito pequeno de educadores, que seriam facilmente identificados), ou ainda por não terem de fato uma percepção crítica do assunto.

Um dos principais instrumentos orientadores da atuação docente no âmbito do PROJOVEM Urbano é o manual do educador. De acordo com a coordenadora pedagógica do Programa em Anápolis:

O Manual do Educador é a Bíblia do PROJOVEM, inclusive ele é trabalhado na formação inicial e sempre na formação continuada. [...] O Manual do Educador embasa o nosso trabalho, além de ser um resumo do Projeto Pedagógico Integrado. Os professores todos estão a par e cada um tem o seu exemplar.

Os professores também avaliaram os instrumentos como o material pedagógico, o Projeto Pedagógico Integrado e o Manual do Educador de forma positiva. Nenhum dos educadores os classificou como ruins. Percebe-se, desta forma, que o problema do Programa, no ponto de vista dos professores, não está em sua proposta ou no material disponibilizado, mas em questões mais abrangentes que precisam ser melhor investigadas.

Quanto às dificuldades, além da alta evasão e da baixa procura em relação à oferta de vagas, a Secretária cita a uniformidade do Programa, que muitas vezes não leva em conta as especificidades de cada região. Reconhece ainda a dificuldade na formação dos professores. Segundo a Secretária: *“Houve pouco tempo para fazer a formação dos profissionais como deveria ter sido feita e isso deu uma estremecida no começo do Programa”*. A coordenadora executiva relata que houve um processo seletivo para a contratação dos professores, por meio de prova escrita, entrevista e análise de currículo.

Tendo em vista a proposta educacional diferenciada do PROJOVEM Urbano, apresentada por meio de seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), faz-se necessário que o educador passe por uma capacitação específica visando entender o funcionamento do

Programa, bem como suas diretrizes pedagógicas e os diferentes papéis do educador. Segundo Salgado (2088, p. 60):

A formação inicial dos educadores do PROJOVEM Urbano ocorre antes do início do curso e tem duração de 160 horas, sendo 96 presenciais e 64 não presenciais. A formação continuada dá prosseguimento a esse processo com 216 horas, organizando-se em 3 horas semanais de estudo destinadas basicamente a discutir e encaminhar questões de prática surgidas durante a implementação do programa.

De acordo com Rangel e Figueira (2010) os profissionais envolvidos no PROJOVEM Urbano devem, tendo em vista a concepção do programa como política pública de/para a juventude, devem participar de um processo de formação que os habilite a atuar junto aos jovens, apropriando-se do Projeto Pedagógico Integrado que lhe dá sustentação. A concepção de formação adotada no PROJOVEM Urbano é a que se define sob uma perspectiva interdisciplinar, fundamentando-se no processo dialético que articula ação-reflexão-ação.

Faz-se necessário, deste modo, que os profissionais contem com programas de capacitação tanto inicial quanto continuada, visando prepará-los para atender às demandas deste público diferenciado, composto por alunos com históricos de exclusão social, abandono escolar, muitas vezes desmotivados e que enfrentam uma série de problemas para continuar seus estudos.

Conforme Féres (2010) os profissionais que atuam no PROJOVEM Urbano passam por uma formação inicial de 160 horas e por uma formação continuada de 12 horas mensais totalizando 216 horas em 18 meses. O objetivo da formação inicial é fazer com que os profissionais se apropriem dos paradigmas teóricos do projeto pedagógico e a formação continuada deve levar à reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana, favorecendo a superação das dificuldades encontradas pelos professores.

Nos termos do PPI do PROJOVEM Urbano, a carga horária dos educadores deve ser distribuída de modo a contemplar: atividades docentes e de orientação pedagógica; integração curricular; atividades de avaliação, revisão e recuperação de aprendizagens; planejamento de atividades de ensino e aprendizagem e de funcionamento do núcleo; formação inicial e continuada.

De acordo com a coordenadora pedagógica do Programa em Anápolis, a formação inicial prevê uma preparação, uma instrução de como vai ser o PROJOVEM, porque o público é diferenciado, o Projeto Pedagógico é diferenciado, o material pedagógico é diferenciado, as aulas tem que ser diferentes. Então a formação inicial prevê isso: uma preparação de como foi que surgiu o Programa também, como é que funciona o material. O material é diferente, prevê avaliação durante o Programa inteiro e tem que ter uma formação para começar porque é muito complexo. Ainda de acordo com a coordenadora pedagógica:

A formação continuada é feita quinzenalmente aos sábados, nós tivemos o último encontro no sábado passado e ela prevê isso né; além da formação estar sempre em andamento, explicar como é que é o Programa, as unidades formativas e também romper com as dificuldades que a gente enfrenta.

Entre os professores participantes da pesquisa, apenas dois relataram não ter participado de um programa de formação inicial para ingressar no PROJOVEM Urbano. Por tratar-se de um Programa diferenciado, onde os professores precisam lidar com um público também diferenciado, a formação docente merece destaque, já que o professor precisa ter preparo para lidar com esses jovens.

A relação com o professor é um dos fatores que contribui para a permanência no Programa e o vínculo estabelecido favorece a contribuição do professor para a formação desses jovens, não só no aspecto cognitivo mas também na questão social, na formação crítica, entre outras dimensões essenciais à vivência da cidadania.

CONCLUSÃO

O PROJOVEM Urbano insere-se no contexto das políticas públicas voltadas para jovens de 18 a 29 anos no Brasil, especialmente a partir de 2005, com a finalidade precípua de elevar o nível de escolarização e promover melhores condições de ingresso no mercado de trabalho.

Esse público demanda um atendimento educacional diferenciado, que leve em conta suas condições de vida, suas expectativas em relação ao programa, suas dificuldades em manter-se estudando apesar das dificuldades. Entre as principais expectativas dos jovens participantes do PROJOVEM Urbano está, sem sombra de dúvida, a possibilidade de ter melhores oportunidades em relação ao mercado de trabalho.

O objetivo essencial da pesquisa foi investigar o PROJOVEM Urbano no município de Anápolis – GO, nos anos de 2010-2011, evidenciando suas propostas e os desafios em sua execução, confrontando, desse modo, o proposto e o alcançado.

Deste modo, partiu-se da construção do conceito de inclusão social e, mais especificamente, de inclusão social de jovens. Decorre daí o entendimento de inclusão social como a condição do indivíduo que pode exercer sua cidadania, por meio de condições satisfatórias de trabalho, moradia, alimentação, saúde, lazer, acesso à educação, à cultura e aos diferentes bens considerados direitos de qualquer cidadão.

Uma parcela significativa da população jovem encontra-se em situação de vulnerabilidade social, enfrentando problemas como o desemprego, a violência, a dependência química, além de condições precárias de saúde, alimentação, moradia, lazer, entre outras. Deste modo, constituem um grupo que também enfrenta dificuldades em ingressar no mercado de trabalho e, desse modo, alcançar melhores condições de vida.

Constitui também um grupo que muitas vezes abandonou precocemente a escola e enfrenta dificuldades na retomada do percurso educacional, tendo em vista problemas como distância, falta de tempo, de condição financeira, além da própria autoestima que fica abalada com tantas situações de fracasso.

Assim, a população jovem em situação de vulnerabilidade social requer o desenvolvimento de políticas públicas focadas em suas necessidades, entre as quais a educação e a qualificação para o trabalho constituem elementos essenciais, mas não suficientes para suprir suas necessidades.

O PROJOVEM Urbano tem como proposta elevar a escolarização dos jovens e prepara-los para o ingresso no mercado de trabalho. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal, disponível aos municípios que precisam manifestar interesse em implementar o programa. Em Anápolis, a primeira turma iniciou-se no ano de 2010. Na ocasião, das 2400 vagas oferecidas, apenas 800 foram preenchidas por meio de matrículas. Entretanto, ao encerramento do curso cuja duração é de 18 meses, apenas 329 conseguiram concluir.

A estatística em relação ao percentual de jovens que conseguem concluir o programa não está distante da média nacional. Isto evidencia que os problemas não são apenas locais, mas podem refletir uma inadequação do Programa às reais condições de vida de seu público-alvo.

A coordenadora executiva do Programa em Anápolis apresenta percepções bem realistas em relação ao Programa, destacando que o mesmo, sozinho, não é capaz de resolver o problema da vulnerabilidade social de jovens. Destaca outras questões sociais como, por exemplo, a dependência química, como um dos fatores que dificultam sua inclusão social, inclusive no que se refere à permanência no mercado de trabalho.

Isto mostra que o problema é muito mais abrangente que a simples necessidade de se elevar a escolarização desses jovens. Mostra ainda que o Programa, de fato, não tem conseguido promover a inclusão social do público a que se propõe atender, evidenciando que não tem conseguido suprir suas necessidades reais.

Aos jovens que conseguiram permanecer no Programa, certamente tiveram alguns benefícios, como a tomada de consciência acerca da importância da escolarização – visto que a maioria declara que se propõe a continuar estudando. Entretanto este resultado não foi alcançado por todos os destinatários do Programa e nem sequer por aqueles que nele ingressaram inicialmente.

Evidencia-se a necessidade de se repensar esta política pública de modo que possa contemplar melhor as necessidades dos jovens a que se propõe atingir. Algumas pesquisas já

levantam hipóteses para a alta taxa de evasão do Programa, denunciando que por trás dessa evasão existem problemas sociais bem mais complexos que também precisam ser resolvidos.

A análise das percepções dos diferentes atores envolvidos na execução do PROJOVEM Urbano m Anápolis permite evidenciar uma visão otimista e talvez até de defesa do Programa pela Secretária e Coordenadora Pedagógica, as quais relatam aspectos positivos do Programa e chegam a considerá-lo um “Programa de sucesso”. Já a coordenadora executiva e os professores apresentam uma visão mais realista, reconhecendo que há aspectos positivos (o projeto pedagógico, o material didático, os avanços daqueles que concluíram o Programa), mas admitindo que também haja desafios a serem superados como os demais problemas sociais que dificultam a permanência dos jovens no Programa, a falta de respaldo do poder público, entre outros.

Quanto às percepções dos jovens, não foi possível contemplar todos os envolvidos, uma vez que os questionários foram respondidos somente por aqueles que conseguiram chegar ao final do curso e, provavelmente por esta razão, apresentam uma visão positiva a respeito do PROJOVEM Urbano, já que certamente traz benefícios ao indivíduo.

Por outro lado, seria necessária uma investigação mais abrangente que contemplasse também aqueles que não tiveram a mesma oportunidade e que acabaram, mais uma vez, sendo excluídos de uma nova proposta de inclusão social. Fica a sugestão para novos pesquisadores e registrada a intenção da pesquisadora em continuar a análise por ora iniciada, visando entender melhor o universo da juventude brasileira, com suas mazelas e os desafios que precisa enfrentar cotidianamente para ter acesso ao que deveria ser direito de todos: uma vivência efetivamente cidadã.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a temática social da juventude no Brasil. Juventude e Contemporaneidade.** RBPE n°5 e n°6, ANPED, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam, et al. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

ANO DA JUVENTUDE: **Rebeldes sim, mas com causa! Programa das Nações Unidas para a Juventude.** Blog. Giselebundchen.com.br/.../ano-da-juventude-rebeldes-...- Em cachê.

Acessado em 04/08/11.

ARANHA, M.S.F. **Inclusão Social e Municipalização.** In Novas Diretrizes da Educação Especial. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ci e Movimento.** Brasília, v. 12 n. 1 p. 77-84. Jan/Mar 2004.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais.** Editora da UFSC, 1999.

BLANCO, Diego M. **À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do PROJOVEM Urbano.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. O PROJOVEM urbano na trajetória das políticas para juventude: Desafios do programa e perspectivas de análise. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** v. 2, n. 3, julho de 2010.

BOBBLIO, Norberto. **A era dos direitos.** Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. DECRETO n°6629, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2008. Regulamenta...
br.vlex.com/.../regulamenta-jovens-projovem-instituto-regido-4719...
Acessado em 15/07/11.

_____. **DIREITOS DA POPULAÇÃO JOVEM: um marco para o desenvolvimento..** 2ed Brasília: UNVPA – Fundo da População das Nações Unidas, 2010.
WWW.poupancajovem.mg.gov.br/wp.../08/Direitos-dos-jovens.pdf. Acessado em 17/08/11.

_____. **Guia das políticas públicas de juventude.** Secretaria Nacional de Juventude.

Brasília: SNJ, 2010.

_____. **LDB Lei nº 9.394/96.** 5 ed. 2010. Disponível em: Bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762//dB_5ed.pdf?...1. Acessado em 01/08/11.

_____. **Lei nº 11.129**, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.

_____. **Lei nº 11.180**, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

_____. **Programa de Desenvolvimento Continuado – Módulo 4 – Inclusão Social.** WWW.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf. Acessado em 03/08/11

_____. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano.** Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM URBANO, 2008, p. 82. Urbano.BrasíliaWWW.secj.pr.gov.br/.../Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_pr... Acessado em 25/07/11.

_____. **PROJOVEM URBANO – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.** WWW.projovem.gov.br/. Acessado em 01/08/11.

CASTRO, Jorge Abrahão de; et al. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Identidades Juvenis e Escola, Alfabetização e Cidadania.** São Paulo: rede de apoio à ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.10, Nov. 2000.

CERVO e BERVIAN, P. **A Metodologia Científica.** 4ª Ed. São Paulo: Makron Books. 1996.209p.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Documento Final. Brasília: MEC, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.** Brasília:

DE LEON, Alessandro Lutfy Ponce. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, Miriam, et al. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: Conceitos e estratégias.** Genebra: Bureal Internacional do Trabalho, 2003.

FÉRES, Maria José V. PROJOVEM Urbano: Gestão e Desafios. In: FÉRES, Maria José V. et al. **Textos Complementares para Formação de Gestores.** Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens. PROJOVEM Urbano, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Construindo a Escola Cidadã: Projeto Político-Pedagógico.** Brasília: MEC, 1998. Série Salto para o Futuro.

GAMA, Carlos Alberto Machado. **Reestruturação produtiva e a reforma da educação profissional: o Decreto 2208/97.** Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ªed. São Paulo: Atlas, 1999. 159 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=52&dados=26#topo_piramide> acesso em 26 fev. 2011.

JAEGER, Augusto Fernando. **PROJOVEM Urbano: perspectivas sobre inserção dos beneficiados no sistema educacional e mercado de trabalho.** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

LAVILLE (1990) Universidade de Brasília Instituto Ciências Sociais...Repositório.bce.unb.br/...DISSERTAÇÃO_2008_JoseMariaCoelhoCarvalho. Acessado em 02/08/11.

LEITE, Ana Maria Alexandre; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Juventudes e Inclusão Digital: reflexão sobre o acesso e o uso do computador e internet pelos jovens. In:

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra – **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Priscila Augusta e VIEIRA, Terezinha – **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006. 176p.

LUDKE, Menga; André, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: PAULUS, 1997.

NOVAES, Regina. Trajetórias juvenis: desigualdades sociais frente aos dilemas de uma geração. In: FÉRES, Maria José V. et al. **Textos Complementares para Formação de Gestores.** Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens. PROJOVEM Urbano, 2010.
OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o Alcance Teórico do Conceito de Exclusão. **CIVITAS.**

Porto Alegre v.4 nº1. Jan/jun, 2004.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão**. São Paulo: Instituto cidadania, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superficialidade dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, nº80 setembro de 2002.

RANGEL, Carmen Maria; FIGUEIRA, Eliane. A formação no PROJOVEM Urbano. In:.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **Manual do Educador: Orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Urbano, 2008.

_____. O PROJOVEM e a gestão das redes sociais. In: FÉRES, Maria José V. et al. **Textos Complementares para Formação de Gestores**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano, 2010.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Escola Pública e a Formação da Cidadania: Possibilidades e Limites**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Deliane de Moraes. **A experiência do PROJOVEM: as condições financeiras para a viabilidade da EJA com formação profissional**. Goiânia: IFET/GO, 2009.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade Org(s). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

SOARES, Tufi Machado, et al. Análise da evasão no ProJovem Urbano: uma abordagem através do Modelo de Regressão Logística Multinível. **Ensaio: avaliação de políticas públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 841-860, out./dez. 2011

SOUZA, Angela Maria Costa de. NASCIMENTO, Marilena. DAHER, Sérgio. **Caminhos da Inclusão**. Goiania: Kelps, 2008.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4., São Paulo, Out/Dez. 2006.

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário estruturado (informante aluno)

Prezado (a) aluno(a) é muito importante que você responda este questionário com muita franqueza e individualmente, para que a pesquisadora possa compreender o que você pensa sobre os assuntos aqui tratados e que através deste, possa organizar relatórios que apontem uma realidade mais aproximada dos fatos.

OBRIGADA!

Identificação:

1 – Sexo: masculino feminino

2 - Idade: 18 a 21 22 a 25 26 a 29

3 – Qual era a sua escolaridade antes do ProJovem?

- 1ª fase do Ensino Fundamental incompleta
- 1ª fase do Ensino Fundamental completa
- 2ª fase do Ensino Fundamental incompleta

4 – O que te levou a abandonar os estudos?

- Não quis mais estudar
- Trabalhar para ajudar a família
- Muita repetência
- Gravidez precoce
- Drogas

5_ Em que ano parou de estudar?

- Antes do ano de 2000
- Antes do ano de 2005
- Antes do ano de 2009

6 – Com quem você mora?

- Com os pais Com a mãe Com o pai Mãe e irmãos
- Pai e irmãos Cônjuge sem filhos Cônjuge e filhos
- Sozinho Adultos mais velhos Amigos

7_ O quê te levou a matricular-se no PROJOVEM URBANO?

- Por insistência dos pais ou parentes
- Vontade de melhorar na vida
- Retomar os estudos
- O incentivo de 100,00 (cem reais)
- Por causa da concorrência do mercado de trabalho

8 – Entre as opções abaixo estabelecidas, defina sua cor:

- Branco(a) pardo(a) Negro(a)

9 – Dos documentos relacionados abaixo, quais você possui?

- RG (Identidade)
 CPF
 Título de Eleitor
 Carteira de Trabalho
 Conta Bancária
 Carteira de Habilitação

10 – Você tem filhos?

- Sim Não Se sim, quantos? _____

11 – Atualmente você:

- Está trabalhando com carteira assinada
 Está trabalhando sem carteira assinada
 Já trabalhou e está desempregado
 Nunca trabalhou, mas está procurando
 Faz bicos para ajudar com as despesas de casa

12_ Você se acha preparado (a) para o mercado de trabalho?

- Sim Não

13_ Você já fez ou faz algum curso profissionalizante fora o PROJOVEM?

- Sim Não Cite: _____

14 – O que você mais gosta de fazer no seu tempo livre?

- Ir ao cinema
 Jogar bola
 Namorar
 Assistir à TV
 Ouvir música
 Ir a festas
 Ir a bares
 Ir a lanchonete
 Viajar
 Estudar

15 – Se não consegue realizar sempre essas atividades, o que te impede?

- Falta de tempo
 Falta de dinheiro
 Pais não deixam
 Faz tudo o que quer

16 – Você tem atividades de Educação Ambiental no seu curso?

sim não

17 – Antes do PROJOVEM URBANO você já tinha estudado Educação Ambiental na escola?

Sim Não

18 – Como você tem acompanhado as discussões sobre as questões ambientais do cotidiano?

Televisão Revista Rádio Jornal

19_ Você sabe o que é Inclusão Social de Jovens?

Sim Não

20 – Quando concluir o curso do ProJovem Urbano, o que você pensa em fazer?

- Dar continuidade aos estudos através do EJA
- Parar os estudos e só trabalhar
- Não tenho planos para quando terminar o curso

21_ O que você achou dos professores do PROJOVEM?

- Regulares
- Bons
- Muito bons
- Ótimos
- Excelentes

22 – Como você avalia o PROJOVEM URBANO no geral?

- Regular
- Bom
- Muito bom
- Ótimo
- Excelente

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa, como voluntário. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não participará da pesquisa e não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título da Pesquisa: “INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS – Expectativas e incertezas na retomada educacional através do PROJOVEM Urbano no município de Anápolis-GO, nos anos de 2010-2011”.

Pesquisador Responsável: Verônica Souza de Oliveira Santos;90903321-5147.

Participante: Dr. Clarimar José Coelho.

CEP-Uni EVANGÉLICA – 33106736 caso o participante se sinta lesado ou prejudicado.

O objetivo da pesquisa é investigar quais as expectativas e incertezas encontradas na retomada educacional através do PROJOVEM Urbano no município de Anápolis-GO, nos anos de 2010-2011. Será aplicado um questionário que você responderá na sala de aula caso aceite participar.

O questionário consta de 22 questões que levarão em média 10 minutos para serem respondidas, para se traçar um perfil do jovem participante do PROJOVEM Urbano no município de Anápolis-GO, nos anos de 2010-2011.

A sua participação não lhe trará nenhum risco nem benefício e todas as informações coletadas são estritamente confidenciais, sendo liberadas apenas à pesquisadora e ao orientador. Os dados coletados serão utilizados na elaboração de Dissertação no programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica e ficarão guardados por um período de 5 (cinco) anos em poder da pesquisadora e após esse período serão incinerados.

Anápolis, ____ de _____ de 2011. _____

Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como sujeito. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Verônica Souza de Oliveira Santos sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP-uni EVANGÉLICA (fone 3310-6736), caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma cópia deste documento.

Anápolis, _____ de _____ de 2011, _____

Assinatura do sujeito.